



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella,
Bairro Ininga, Teresina, Piauí, Brasil; CEP 64049-550
Telefones: (86) 3215-5525/3215-5526

E-mail: assessoriaufpi@gmail.com ou comunicacao@ufpi.edu.br

BOLETIM DE SERVIÇO

Nº 1534 - Novembro/2025
Resolução - Nº 922/2025
(CEPEX/UFPI)

Teresina, 11 de novembro de 2025



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete da Reitoria

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 922, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Gestão da Escola Pública de Ensino Médio, a ser ofertado pelo Centro de Educação Aberta e a Distância, da Universidade Federal do Piauí.

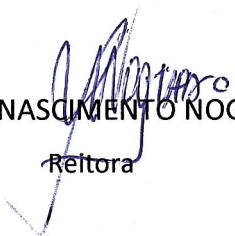
A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, *caput*, inciso XXI, do Regimento Geral da UFPI, de acordo com o que consta do processo nº 23111.048576/2025-33 da UFPI, e tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 10 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Gestão da Escola Pública de Ensino Médio, a ser ofertado pelo Centro de Educação Aberta e a Distância, da Universidade Federal do Piauí, no âmbito da Política Nacional de Ensino Médio do Ministério da Educação (MEC), por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), conforme documento anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 11 de novembro de 2025


NADIR DO NASCIMENTO NOGUEIRA

Reitora



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO

NADIR DO
NASCIMENTO
NOGUEIRA:182571
35372

Assinado de forma digital
por NADIR DO NASCIMENTO
NOGUEIRA:18257135372
Dados: 2025.11.11 12:28:17
-03'00'

TERESINA – PI

2025



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO

Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO, a ser realizado pelo Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no âmbito da Política Nacional de Ensino Médio do Ministério da Educação (MEC), por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), submetido para apreciação e aprovação nas devidas instâncias da UFPI.

TERESINA – PI

2025



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA



NADIR DO NASCIMENTO NOGUEIRA

Reitora da UFPI

EDMILSON MIRANDA DE MOURA

Vice-Reitor da UFPI

CARLOS SAIT PEREIRA DE ANDRADE

Pró-Reitora de Ensino de Pós-Graduação da UFPI

PAULO ROBERTO RAMALHO SILVA

Coordenador de Programas *Lato Sensu* e Residências da PRPG/UFPI

ILDEMIR FERREIRA DOS SANTOS

Diretor *Pro-Tempore* do Centro de Educação Aberta e a Distância/UFPI

FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES DA SILVA

Coordenador de Pós-Graduação a Distância do CEAD/UFPI

ALEXANDRE JOSÉ MEDEIROS DO NASCIMENTO

Coordenador da Universidade Aberta do Brasil na UFPI

JOSÉLIA MARIA DA SILVA FARIAS

**Coordenadora do Curso de Especialização em GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA DE
ENSINO MÉDIO**

Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso no âmbito da UFPI

JOSÉLIA MARIA DA SILVA FARIAS (Presidente)

BALTAZAR CAMPOS CORTEZ (Membro)

FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES DA SILVA (Membro)



APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Gestão da Escola Pública de Ensino Médio (GEPEM), ofertado pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), por meio do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), constitui-se em uma ação estratégica vinculada à Política Nacional de Ensino Médio (PNAEM), instituída pela Lei nº 14.945/2024 e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (Resolução CNE/CEB nº 2/2024).

A adesão da UFPI ao projeto reflete seu compromisso com a qualificação dos profissionais responsáveis pela gestão das escolas públicas de Ensino Médio, reconhecendo que a formação continuada de diretores, coordenadores pedagógicos e equipes diretivas é condição essencial para assegurar a democratização do acesso, a permanência dos estudantes e a melhoria dos resultados educacionais.

Com carga horária total de 450 horas, distribuídas em três módulos (Formação Básica, Aprofundamento e Conclusão), o curso articula fundamentos teóricos e práticas voltadas à realidade das escolas, com enfoque no planejamento, monitoramento, avaliação e inovação da gestão educacional. As atividades são desenvolvidas em modalidade a distância, com encontros presenciais nos polos de apoio presencial do CEAD/UFPI, garantindo flexibilidade e capilaridade no alcance dos profissionais em diferentes territórios.

O GEPEM tem como objetivo geral formar, em nível de especialização, as equipes de gestão das escolas públicas brasileiras de Ensino Médio, fortalecendo sua atuação no cotidiano escolar e no diálogo com as comunidades educativas. Para isso, propõe-se a instrumentalizar os gestores no uso de dados e políticas educacionais, na elaboração de planos de gestão alinhados aos planos de ação das secretarias estaduais e distrital de educação, no acompanhamento das aprendizagens e na implementação de práticas inclusivas, democráticas e socialmente justas.

Assim, o curso representa uma oportunidade inédita de consolidação de lideranças educacionais, comprometidas com a equidade, a justiça curricular e a transformação da escola pública em espaço de formação integral, cidadã e participativa.

O Projeto Pedagógico do Curso foi elaborado a partir do Projeto Nacional construído no âmbito da Coordenação de Programas da Coordenação-Geral de Ensino Médio, da



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA**



Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica, da Secretária de Educação Básica, do Ministério da Educação. Colaboraram na elaboração da matriz nacional:

ANNE CAROLINE COSTA RESENDE – Consultora Especialista da Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI)

KARINE VICHIEIT MORGAN – Consultora Especialista da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

MARIA LUIZA SÜSSEKIND – Consultora Especialista da Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI)

ROBERTO RAFAEL DIAS DA SILVA – Consultor Especialista da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)



1. IDENTIFICAÇÃO

- 1.1 Denominação do curso:** Especialização em GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO
- 1.2 Área/subárea de conhecimento:** Ciências Humanas/Educação
- 1.3 Unidade de ensino:** Centro de Educação Aberta e a Distância/UFPI
- 1.4 Unidade acadêmica:** Coordenação do Curso de Graduação em Administração Pública do CEAD/UFPI
- 1.5 Modalidade de oferta:** Gratuito
- 1.6 Modalidade de ensino:** Educação a Distância (EaD)
- 1.7 Titulação a ser conferida:** Especialista em GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO

2. COORDENAÇÃO

2.1 Coordenadora

Nome: JOSÉLIA MARIA DA SILVA FARIAS

CPF: 471.037.523-20

SIAPE: 2453100

Sector de lotação: Departamento de Fundamentos da Educação/CCE/UFPI

Instituição de vínculo: UFPI

E-mail: joselifarias2@gmail.com

Área/subáreas de atuação: Ciências Humanas/Educação

Graduação: Pedagogia

Pós-graduação: Doutorado em Educação (UFU)

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional: Doutora em Educação pela UFU/MG (2020), Mestre em Educação pela UFPI (2013), Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade São Judas Tadeu (2003), Especialista em Avaliação Educacional pela UFPI (2002) e Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (2000). Atualmente é professora da Universidade Federal do Piauí - Campus Min. Petrônio Portella, Teresina/ PI. Supervisora de Gestão Educacional - Fundescola/ MEC/ PENUDE (2001-2005). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, Gestão, Avaliação e Políticas Públicas. Coordenadora



do Programa de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR do Curso de Pedagogia no município de Batalha - PI (2012). Coordenadora do Programa de Iniciação à Docência - PIBID do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí.

Endereço do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3530246897716861>

1.8 Coordenador Adjunto:

Nome: FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES DA SILVA

CPF: 000.791.593-46

SIAPE: 1553564

Setor de lotação: Centro de Educação Aberta e a Distância/UFPI

Instituição de vínculo: UFPI

E-mail: franciscocrsilva@ufpi.edu.br

Área/subáreas de atuação: Ciências Humanas/Educação

Graduação: Pedagogia

Pós-graduação: Doutorado em Educação (USP)

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional: Possui Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP, 2015), Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI, 2010), Graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER, 2018) e Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI, 2006). É servidor efetivo da UFPI desde 2006, onde ocupa o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais e, atualmente, desempenha a função de Coordenador de Pós-Graduação a Distância e de Presidente da Comissão Geral de Seleção, do Centro de Educação Aberta e a Distância da UFPI. Atua como Professor Formador e Coordenador de Estágio Supervisionado em cursos de graduação na modalidade de Educação a Distância desde 2016. Trabalhou como Professor Substituto na modalidade presencial no Departamento de Fundamentos da Educação/CCE/UFPI (2020-2022) e no Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino/CCE/UFPI (2016-2018). Exerceu o cargo de Professor da Educação Básica (anos finais do ensino fundamental e ensino médio) na rede pública de ensino do Estado do Piauí (2006-2016). Integra o Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – BASis (Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância) desde 2018. Atua na área de Ciências Humanas/Educação, principalmente nos



seguintes temas: fundamentos políticos e administrativos da educação, currículo, formação inicial e continuada de professores, estágio supervisionado e prática docente.

Endereço do currículo *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/0423624847270364>

3. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

A elaboração e implementação de políticas educacionais é um desafio permanente das diferentes sociedades. Em países com extensão territorial continental e com expressões profundas das múltiplas formas de desigualdade – como é o caso do Brasil – este desafio apresenta-se ainda mais complexo. Trata-se de assegurar, para todas as pessoas, um direito humano fundamental cuja materialização é atravessada pelos efeitos da estrutura social mais ampla e que, por essa razão, impõe-se uma visão sistêmica para sua efetivação.

No centro dessa visão sistêmica está a escola pública, gratuita e universal. É em torno dela que se pode construir uma educação com qualidade socialmente referenciada e que pressupõe a equidade como princípio de justiça regulador. Desde a redemocratização, o Brasil tem vivenciado uma série de reformas educacionais que, do ponto de vista de sua declaração normativa, objetivam mover seu sistema de ensino nessa direção.

Na educação básica, o Ensino Médio tem sido a etapa na qual esses esforços de reforma têm se apresentado com maior grau de ambiguidades e conflitos. É ele a etapa final da educação básica (e, portanto, o ponto de chegada da escolarização obrigatória, onde esperamos ter assegurado a todos a formação essencial para o exercício da cidadania, a integração no mundo do trabalho e a possibilidade de continuar os estudos em nível superior). Mas, também é o Ensino Médio a última etapa que decidimos democratizar de fato, com sua recente expansão e quase universalização.

Dados do Censo Escolar de 2023, (Brasil, 2023) revelam que há no Ensino Médio um total de 6.690.396 estudantes matriculados em 21.016 escolas públicas em todo o Brasil. Embora o número pareça expressivo, aproximadamente 550 mil jovens de 15 a 17 anos estavam fora da escola em 2023, evidenciando uma lacuna significativa de acesso à escola para essa faixa etária. Além disso, os índices de permanência e sucesso escolar revelam desafios estruturais persistentes. Em 2023, a taxa de reprovação no Ensino Médio público atingiu 5,7%, enquanto a de abandono escolar chegou a 3,8%. A taxa de evasão para o biênio 2020-2021, por sua vez, foi de 6,4%. Esses indicadores expõem um padrão de exclusão que se intensifica em



contextos de maior vulnerabilidade socioeconômica, reforçando desigualdades educacionais históricas. Embora os dados não sejam retratos absolutos das realidades diversas e desiguais, mesmo os estudantes que permanecem na escola, desenvolvem aprendizagens bastante insuficientes no Ensino Médio. Apenas 1/3 dos estudantes apresentam desempenho acadêmico adequado em Língua Portuguesa e apenas 5% dos estudantes apresentam desempenho acadêmico adequado em Matemática na Prova Brasil ao final da 3ª série do Ensino Médio.

No ano de 2023, o Ministério da Educação coordenou, em parceria com o Conselho Nacional de Educação - CNE, o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação – FONCEDE, o Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed, o Fórum Nacional de Educação – FNE e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES, uma ampla consulta pública com o objetivo de reestruturar o Ensino Médio e corrigir lacunas e problemas identificados na Lei nº 13.345 de 16 de fevereiro de 2017.

Adicionalmente, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) em colaboração com o MEC produziu 5 Webinários com especialistas e pesquisadores para embasar a construção de uma política efetivamente dialogada com os setores da sociedade (ANPEd, 2023) e mais 12 webinários com especialistas (MEC, 2023) todos disponíveis e abertos à sociedade.

Ao final desta Consulta Pública, as entidades participaram da elaboração de um Projeto de Lei, submetido ao Congresso Nacional e que deu origem à Lei 14.945, de 31 de julho de 2024. A partir das transformações definidas no referido diploma legal e das disposições que ela estabeleceu, foram elaboradas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, consolidadas na Resolução CNE/CEB nº 2/2024.

A combinação dessas duas normas está orientada para a incidência intencional e planejada nas principais lacunas identificadas na arquitetura curricular, na gestão educacional e escolar e nas práticas pedagógicas do Ensino Médio, promovendo uma educação integral, comprometida com a formação dos educandos a partir de uma perspectiva de justiça curricular, inclusiva e equitativa, conectada com seus interesses e necessidades e capaz de assegurar os seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento para que possam viver num mundo cada vez mais complexo e desafiador e para que possam agir historicamente na sua transformação cotidiana.



A Política Nacional de Ensino Médio - PNAEM¹ - PNAEM recoloca a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação em seu papel de propor, coordenar, fomentar e, em certa medida, financiar a reestruturação do Ensino Médio no país, apoiando as Secretarias de Educação, qualificando a gestão escolar, investindo na organização das escolas, em ações de liderança e planejamento no contexto escolar, pensando cada escola na sua comunidade, considerada a diversidade existente e mitigando as desigualdades.

Parte dessa responsabilidade do MEC se materializa na prestação de assistência técnica e financeira às unidades federativas para a elaboração de planos de ação das equipes das secretarias de educação. Esta tarefa foi concluída pelo MEC e a realização das alterações previstas nos planos de ação das redes de ensino devem ser implementadas conforme o desenho construído por cada uma delas.

Em todos os planos de ação desenvolvidos pelas equipes técnicas de cada unidade da federação ao final do curso, há o reconhecimento da importância da formação continuada dos trabalhadores da educação para o sucesso das reformas educacionais, através também do reconhecimento do papel das equipes gestoras na implementação da política educacional e na condução das comunidades escolares para a revisão e reestruturação de sua proposta pedagógica. Espera-se que essa liderança educativa atue para mobilizar, articular e coordenar os recursos disponíveis.

Tal expectativa coloca em prioridade a pauta do desenvolvimento profissional das equipes gestoras. Para que elas possam realizar a ação educativa de suas comunidades e dirigir o trabalho cotidiano realizado em cada unidade educacional, é fundamental implementar ações de formação continuada orientadas para a ampliação e fortalecimento de suas capacidades de ação, quer seja na dimensão político-institucional, técnico-pedagógica ou administrativa e financeira. Porém, estes mesmos sujeitos, muitas vezes se percebem pouco instrumentalizados para lidar com os desafios que os cotidianos trazem. A Pesquisa Nacional sobre a implementação da reforma do Ensino Médio intitulada “Percepção de gestores, docentes e estudantes de escolas públicas estaduais no Brasil” (Unesco, 2022)², revelou que a formação continuada para docentes e gestores foi o principal desafio enfrentado para a implementação da

¹ A descrição completa e outros dados sobre a Política Nacional de Ensino Médio - PNAEM podem ser obtidos em <https://www.gov.br/mec/pt-br/politica-nacional-ensino-medio>, inclusive os dados sobre a Consulta Pública realizada conforme a Portaria nº 399 de 08 de março de 2023 estão disponíveis nessa página no link: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/audiencias-e-consultas-publicas/ensino-medio>

² <https://www.unesco.org/pt/articles/pesquisa-novo-ensino-medio>



reforma do Ensino Médio proposta pela Lei 13.415/17, tendo sido apontado por 74% dos respondentes, entre integrantes da equipe gestora³.

A mesma pesquisa evidenciou que 49% destes profissionais não possuem especialização, o que denota a importância desta formação no formato em que se apresenta. Adicionalmente, uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para avaliar a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica (Acórdão 1132/2023 – Plenário) identificou a inexistência de um planejamento estratégico nacional para a formação docente, o que impediu a definição das necessidades formativas de cada estado. Segundo o TCU, para que a política seja efetiva, é fundamental o estabelecimento de diretrizes nacionais voltadas à formação de professores. Durante as consultas públicas realizadas pelo Ministério da Educação, também ecoou o desejo da criação de um programa de formação continuada que atendesse especificamente professores e gestores que atuam no Ensino Médio. Reforça este argumento o não atingimento da meta 16, estabelecida na Lei nº13.005 de 25 de junho de 2014, que trata da formação continuada em nível de pós-graduação dos profissionais da educação.

Diante desse cenário, a perspectiva trazida pela Política Nacional de Ensino Médio - PNAEM definida na Lei 14.945/24 e nas DCNs do Ensino Médio, ressalta a necessidade de fortalecer a formação continuada de diretores escolares, equipes diretivas e coordenadores pedagógicos em todo o país. Esse processo deve considerar as especificidades socioeconômicas, demográficas e culturais, de cada território e de cada comunidade escolar e os elementos próprios de cada sistema de ensino.

Reconhecendo os desafios históricos, os dados apresentados e as demandas expressas, a Coordenação Geral de Ensino Médio - COGEM do Ministério da Educação, em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), propõe, no âmbito da Política Nacional de Ensino Médio - PNAEM - PNAEM, o Curso de especialização em Gestão da Escola Pública do Ensino Médio - GEPEM, como uma ação inédita e potencialmente relevante para a comunidade educacional, uma vez que será voltado para a qualificação dos profissionais responsáveis pela liderança educativa das escolas públicas de Ensino Médio.

³ Equipe Gestora compreendida na pesquisa supracitada como sendo composta por Diretor, Vice-diretor, Coordenador Pedagógico e Diretor Administrativo-financeiro.



4. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) é uma Instituição de Educação Superior, de natureza federal, mantida pelo Ministério da Educação, por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), com sede e foro na cidade de Teresina, possuindo atualmente três outros *campi* sediados nas cidades de Picos (*Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros), Bom Jesus (*Campus* Professora Cinobelina Elvas) e Floriano (*Campus* Almícar Ferreira Sobral). A UFPI originou-se de quatro Faculdades, credenciadas isoladamente (Faculdade de Direito, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Odontologia e de Medicina de Teresina; e Faculdade de Administração de Parnaíba) por meio do Decreto nº 17.551 de 09 de janeiro de 1945. Com a fusão dessas unidades isoladas, existentes na época de sua fundação, nasceu a UFPI, instituída pela Lei nº. 5.528 de 12 de novembro de 1968, publicada no DOU de 27 de abril de 1973. Seu primeiro Estatuto foi aprovado pelo Decreto nº. 72.140, de 26 de abril de 1973, publicado no DOU de 27 de abril de 1973 e sofreu ulteriores alterações (Portaria MEC n. 453, de 30 de maio de 1978, publicado no DOU de 02 de junho de 1978, Portaria MEC n. 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 1993). A reformulação desse documento objetivando sua adaptação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996), foi autorizada pela Resolução CONSUN nº. 15 de 25 de março de 1999 e pelo Parecer nº. 665/95 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovado pela Portaria do MEC nº. 1.225 de 30 de julho de 1999, publicada no DOU nº. 147-E, de 03 de agosto de 1999. O atual Regimento Geral da UFPI foi adaptado à LDB de 1996 (BRASIL, 1996), através da Resolução do CONSUN n. 45, de 16 de dezembro de 1999 e alterado posteriormente pela Resolução nº. 21, de 21 de setembro de 2000.

A oferta da educação a distância pela UFPI iniciou-se em dezembro de 2005, quando então aconteceu a seleção de polos municipais de apoio presencial para o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), e de cursos superiores de instituições federais de ensino superior, na forma de Educação a distância (EaD). Assim, os cursos ofertados na modalidade a distância, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), através do seu Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) fazem parte do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), atualmente mantido pela CAPES. Logo em seus primórdios, em 2006, o Sistema UAB foi implantado no Estado do Piauí, por meio do consórcio entre a Universidade Federal do Piauí (UFPI), a Universidade Estadual do Piauí (UESPI), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA**



do Piauí (IFPI) e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Piauí (SEDUC), no cumprimento de sua missão de disseminação dos saberes das diversas áreas epistemológicas e, assim, colaborar com o desenvolvimento regional e nacional.

A UFPI concorreu à Chamada Pública do Edital n. 01/2005, tendo iniciado suas atividades em 2006, com o lançamento do Projeto Piloto do Curso de Graduação em Administração, em 08 (oito) polos de apoio presencial, sediados em Teresina, Esperantina, Piri-piri, Parnaíba, Floriano, Picos, Bom Jesus e São Raimundo Nonato. Esse primeiro curso do CEAD foi financiado pelo Banco do Brasil. Após a implantação do projeto piloto houve a oferta de 2.550 vagas, em 2007, oferecidas em 08 (oito) diferentes áreas. Em 2010 foram ofertadas 2.681 vagas em 30 polos. Dois anos depois, em 2012, foram ofertadas 3.125 vagas, também em 30 polos e, em 2014, foram ofertadas 6.825 vagas em 33 polos. Em 2010, a UFPI foi credenciada para a oferta de curso na modalidade a distância pela Portaria MEC n. 1.369, de 07 de dezembro de 2010, publicada no DOU n. 234, Seção 1, de 08 de dezembro de 2010. E, em 2013, o MEC reconheceu o Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), por meio da Portaria Seres n. 97, de 5 de março de 2013, publicada no DOU n. 44, Seção 1, de 06 de março de 2013. A oferta da educação a distância pela UFPI ocorre por meio do CEAD, situado à Rua Olavo Bilac, 1148, Centro-Sul, Teresina-Piauí. A estrutura utilizada para oferta desses cursos baseia-se na metodologia do Sistema UAB, que envolve a utilização de polos de apoio presenciais UAB. O processo de implantação de polos está relacionado principalmente com os interesses dos mantenedores (em particular, no Piauí, o principal mantenedor é o Governo do Estado), que identificam as demandas locais nos municípios por cursos de nível superior, aliado com a capacidade de suporte acadêmico que as IES possuem para atender as demandas identificadas.

Os cursos na modalidade a distância são ofertados em 48 polos de apoio presencial, sendo 46 polos distribuídos no Estado do Piauí e 02 no Estado da Bahia. O CEAD oferta cursos de graduação: Bacharelados em Administração, Administração Pública, Ciências Contábeis, Sistema de Informação e Turismo; Licenciaturas em Filosofia, Letras-Português, Letras-Inglês, Geografia, História, Pedagogia, Ciências Biológicas, Física, Matemática, Química, Computação, e Ciências da Natureza pelo Programa UAB, além de dois cursos Tecnólogos em nível de graduação ofertados por este Centro, Gestão de Dados e Energias Renováveis. Estes últimos estão sendo ofertados por meio do Programa de Expansão da EaD nas Universidades Federais (Reuni Digital). Somam-se ainda, os cursos oferecidos por meio do Programa



Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares (PRIL), do Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Secretaria de Educação Básica (SEB): Pedagogia- Polos de Teresina, Pedro II e Floriano; Letras/Português-Polos de Picos e Floriano; Química-Polo de Teresina; Ciências da Natureza-Polos de Teresina e Picos. Os cursos de pós-graduação lato sensu à distância ofertados em anos anteriores são: História Social da Cultura; Ecologia; Ensino de Matemática; Gestão em Saúde; Gestão Pública; Gestão Pública Municipal; Saúde da Família; Língua Brasileira de Sinais; Informática na Educação; Gestão Educacional em Rede; Ensino de Química; Ensino de Filosofia; Física; Alfabetização e Letramento; Gênero e Raça (UNIAFRO); Gênero e Diversidade na Escola (GDE). Encontram-se em execução os cursos de: Especialização Em Ciências da Natureza, Suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho; Especialização Em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho; Especialização Em Linguagens, suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho; Especialização em Ensino de Xadrez e Formação para o Mundo do Trabalho; Especialização em Educação Patrimonial Ambiental no Ensino de Ciências da Natureza; Especialização em Ensino de História do Brasil e do Mundo Contemporâneo; e Especialização Em Matemática, suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho.

5. OBJETIVOS

5.1. Objetivo Geral: Formar, em nível de especialização as equipes de gestão das escolas públicas brasileiras que atendem ao Ensino Médio, para a atuação nas unidades educacionais e nas comunidades escolares, com ênfase na melhoria contínua da qualidade da oferta educativa e dos resultados educacionais, expressos na garantia do acesso e da permanência de todos os estudantes na escola e em padrões de desempenho acadêmico adequados, considerando seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral.

5.2. Objetivos Específicos:

- Subsidiar os participantes na elaboração e qualificação de Planos de Gestão para unidades escolares, alinhados aos Planos de Ação das Secretarias Estaduais e Distrital, conforme a Lei nº 14.945/2024.
- Instrumentalizar os cursistas para a leitura, análise e produção de dados educacionais, promovendo a gestão e o planejamento participativo para a melhoria do desempenho



escolar materializado em ações que apoiem trajetórias escolares adequadas dos estudantes de Ensino Médio.

- Aprofundar o conhecimento sobre monitoramento de ações, planejamento e coordenação pedagógica, buscando a capacidade de aprimorar os processos educacionais para cada unidade de ensino.
- Instrumentalizar as equipes diretivas no uso e gestão dos programas, rubricas e sistemas do MEC, facilitando a utilização dos recursos educacionais disponíveis.
- Fortalecer a formação continuada de equipes diretivas com engajamento cívico e territorial, ampliando a compreensão sobre a democracia, Direitos Humanos e a governança educacional.
- Fortalecer a formação continuada de equipes diretivas com engajamento em práticas escolares, sociais e comunitárias que valorizem a pluralidade, promovam a diferença e sejam orientadas para a justiça social e curricular, materializadas no atendimento das normas legais vigentes para a oferta dos currículos escolares.
- Fomentar maior interação entre as equipes diretivas e as comunidades escolares, abordando criticamente as implicações econômicas, políticas e sociais da desigualdade na sociedade brasileira e global.

6. PÚBLICO-ALVO E PERFIL DO EGRESSO

O Curso de Especialização em GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO destina-se a Diretores(as) e Coordenadores(as) Pedagógicos(as) que tenham concluído curso de graduação e atuem em escolas públicas de Ensino Médio do país. Havendo vagas, e em consonância com as necessidades das redes de ensino e do CEAD/UFPI, outros segmentos poderão ser atendidos na oferta deste curso.

Quanto ao perfil do egresso, espera-se que ao longo do percurso formativo oferecido, os profissionais que atuam nas equipes gestoras das escolas desenvolvam e aprofundem sua capacidade de:

- Mobilizar e engajar a comunidade escolar em torno de uma visão compartilhada de educação, de um conjunto de metas e objetivos de acesso, permanência e aprendizagem e o desenvolvimento integral dos educandos, considerando as características, desafios e potencialidades dos territórios em que estão inseridas as suas unidades educacionais.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA**



- Acessar, interpretar e envolver a comunidade escolar na compreensão de dados administrativos, informações sistematizadas sobre o território e a comunidade escolar e indicadores de acesso, permanência e aprendizagem de sua unidade educacional e de sua rede de ensino, para a tomada de decisões a respeito da gestão financeira, administrativa, pedagógica, relacional e de infraestrutura das escolas comprometidas com a melhoria contínua da qualidade da oferta educativa e dos resultados educacionais;
- Articular e coordenar as ações de planejamento e implementação do currículo do Ensino Médio, de modo a assegurar um percurso de formação orientado pelo Direito à Educação, à aprendizagem e ao desenvolvimento integral e que expresse a articulação e integração entre a formação geral básica e os itinerários formativos, à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio e dos Parâmetros para a oferta dos itinerários formativos definidos pelo Conselho Nacional de Educação;
- Assegurar a implementação do currículo previsto para a etapa do Ensino Médio, orientando, acompanhando e promovendo as condições adequadas para que a equipe docente realize práticas pedagógicas e processos de avaliação comprometidas com o sucesso das aprendizagens para cada estudante, numa perspectiva inclusiva e equitativa.
- Promover ações de integração da unidade educacional com outros equipamentos públicos presentes no território e no sistema de ensino, numa perspectiva de atenção integral e intersetorial, para facilitar o acesso e o atendimento dos educandos em serviços de saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer, favorecendo a superação de elementos críticos que interferem no processo de ensino e aprendizagem.
- Promover ações de acompanhamento e intervenção para a segurança e melhoria contínua do ambiente escolar, da convivência democrática e da educação em Direitos Humanos, para enfrentar os efeitos negativos da fragmentação e enfraquecimento dos vínculos socioafetivos entre os educandos e entre educandos e educadores promovendo o bem-estar de todos e contribuindo para o enfrentamento das questões relativas ao sofrimento psicossocial e de saúde mental que interferem no processo de ensino e aprendizagem e na gestão escolar.
- Coordenar as ações de integração entre a escola, as famílias e as comunidades que vivem no território onde está inserida a Unidade Educacional, promovendo o diálogo permanente e a participação democrática nos colegiados escolares, bem como



iniciativas, projetos e atividades que fortaleçam vínculos e parcerias em torno da proposta pedagógica da escola.

- Acompanhar, monitorar e agir tempestivamente sobre os resultados de aprendizagem alcançados pelos estudantes ao longo do ano letivo, coordenando a tomada de decisões coletivas da escola para apoiar os educandos que necessitem de atendimento específico ou individualizado para aprender.
- Coordenar ações orientadas à mediação e superação de conflitos e práticas de discriminação e seus efeitos sobre a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos educandos, sobretudo aquelas relacionadas ao racismo, à aporofobia, ao machismo, à LGBTQIAPN+fobia, ao capacitismo; orientando e acompanhando a equipe da escola e a comunidade escolar a respeito da identificação, do tratamento pedagógico e do encaminhamento dessas questões na rede de atenção integrada e intersetorial.
- Liderar as ações de gestão que asseguram aos estudantes o acesso e a participação em programas destinados à garantia da permanência na escola, assegurando que eles exerçam seu direito aos incentivos educacionais e financeiros disponíveis nas políticas educacionais brasileiras.

7. VAGAS, CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REQUISITOS DE ADMISSÃO DE ALUNOS

O Curso de Especialização em GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO ofertará, inicialmente, até 298 (duzentas e noventa e oito) vagas, distribuídas nos polos de apoio presencial do CEAD/UFPI localizados nos municípios de Água Branca, Altos, Barras, Elesbão Veloso, São João do Piauí e Bom Jesus.

Vagas e polos adicionais poderão surgir em decorrência de redistribuição das cotas aprovadas pela UAB/CAPES, os quais serão divulgados por meio de Edital de Seleção e/ou Chamada Pública nos canais oficiais do CEAD/UFPI e/ou do MEC.

Nos termos da Resolução CEPEX/UFPI nº 168/2021, depois de aprovado pelo CEPEX/UFPI, o curso poderá ser ofertado mais de uma vez, sem necessidade de nova submissão, caso não ocorra nenhuma mudança relevante apresentação dos elementos obrigatórios constituintes do PPC, no intervalo de até 2 (dois) após a conclusão da primeira oferta.



Em observância à Resolução CEPEX/UFPI nº 100/2019, os critérios de seleção e requisitos de admissão de alunos no Curso de Especialização em GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO serão detalhados em edital de seleção e/ou chamada pública divulgado nos canais oficiais do CEAD/UFPI e/ou do Ministério da Educação.

A seleção de alunos deverá considerar ainda o exposto na Resolução CEPEX/UFPI nº 451/2023, segundo a qual: “das vagas ofertadas pelos cursos de especialização realizados pela UFPI (autossustentados, patrocinados e gratuitos), até 10% (dez por cento) do total será destinado aos servidores docentes e técnico administrativos efetivos e ativos da UFPI, através do Programa de Capacitação Interna (PCI), até 20% (vinte por cento) das vagas para candidatos(as) pretos(as), pardos(as) e candidatos(as) indígenas, além de até 10% (dez por cento) das vagas para candidatos(as) com deficiência”.

8. CARGA HORÁRIA

Conforme estabelecido pela Resolução CEPEX/UFPI nº 100/2019, o Curso de Especialização em GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO terá carga horária total de 450 horas, distribuídas em três módulos: o básico com 180 horas; o módulo de aprofundamento com 150 horas; e o módulo de conclusão, com 120 horas, incluindo 90 horas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

9. PERÍODO E PERIODICIDADE

A duração do Curso de Especialização em GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO será de 12 (doze) meses, envolvendo atividades didático-pedagógicas, sem contar o tempo necessário para a finalização dos procedimentos acadêmicos e administrativos. Quanto à periodicidade das aulas, o curso será desenvolvido na modalidade de Educação a Distância, com realização de atividades assíncronas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) diariamente, atividades síncronas em plataformas digitais semanalmente e atividades práticas presenciais quinzenalmente ou mensalmente, no decorrer das disciplinas, conforme cronograma de execução do curso.



10. ESTRUTURA CURRICULAR

O desenho curricular, que totaliza 450 horas, está organizado em três módulos: o Módulo de Formação Básica, composto por disciplinas, oficinas e estudo dirigido, totalizando 180 horas; o Módulo de Aprofundamento, composto por dois percursos de aprofundamento, que somam 150 horas, sendo 75 horas por percurso; e o Módulo de Conclusão, com 120 horas, que será desenvolvido em três momentos, incluindo Trabalho de Conclusão de Curso 1 e 2 e seminário de encerramento. Essa organização visa proporcionar uma formação autônoma, abrangente e articulada, buscando oferecer aos cursistas a possibilidade do desenvolvimento de estratégias locais para a gestão escolar no seu território, partindo dos problemas identificados e estudados nos territórios e não de clusters teóricos. Assim, o Curso de Especialização em GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO terá a seguinte estrutura curricular:

Módulo	Disciplinas	C. H.
Módulo de Formação Básica	Educação como Direito Humano e Justiça Curricular	45
	Gestão e coordenação pedagógica em escolas de Ensino Médio	45
	Especificidades da atuação pedagógica no Ensino Médio	45
	Oficina: Libras	15
	Oficina: Estratégias para o acompanhamento das aprendizagens no Ensino Médio	15
	Estudo dirigido: Desafios e possibilidades para a compreensão e o diálogo com as juventudes contemporâneas	15
Módulo de Aprofundamento	Monitoramento e Gestão das Políticas de Ensino Médio	75
	Qualidade e equidade em políticas educativas para/com as juventudes	75
Módulo de Conclusão	TCC 1 – Pesquisa e Orientação (junto com módulo 1)	45
	TCC 2 – Escrita Orientada (junto com modulo 2)	45
	Seminário Conexões finais: saberes em prática	30



11. CONTEÚDO

MÓDULO DE FORMAÇÃO BÁSICA: Este módulo tem como objetivo oferecer uma base sólida para a compreensão das principais dimensões da educação e do Ensino Médio especificamente, abordando aspectos fundamentais relacionados às políticas educacionais, à gestão escolar e à inclusão. Com um total de 180 horas, o módulo de formação está estruturado em três disciplinas e três oficinas, contemplando momentos de estudo assíncronos e síncronos, garantindo flexibilidade e aprofundamento dos temas abordados.

Disciplina 01 – Educação como Direito Humano e Justiça Curricular

EMENTA
Desenvolvimento de políticas educacionais, especialmente no âmbito da gestão, com foco na redistribuição dos conhecimentos, no reconhecimento das diferenças socioculturais e na valorização das vozes dos estudantes. Leitura contemporânea das teorias da justiça, normativos para o Ensino Médio e experiências com práticas de mediação e comunicação não-violenta, direcionando a atenção para as tensões existentes entre a igualdade de oportunidades que atravessam a escolarização das juventudes. Estudo das reconfigurações da cidadania no início do século XXI, atribuindo centralidade para o compromisso com os Direitos Humanos, com a democracia e com a promoção de trajetórias escolares adequadas dos jovens.
REFERÊNCIAS
CONNELL, R. Escuelas y justicia social. Madrid: Morata, 1997. DUBET, F. Repensar la justicia social. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011. CHARLOT, B. O Ser Humano É uma Aventura: Por uma Antropopedagogia Contemporânea. Revista Internacional Educon, [S. l.], v. 4, n. 1, 2023. SILVA, Roberto Rafael Dias da. Justiça curricular: problematizações ao processo de seleção dos conhecimentos escolares. Belo Horizonte: Educação em Revista, 2018.

Disciplina 02 – Gestão e coordenação pedagógica em escolas de Ensino Médio

EMENTA
Composição de um diagnóstico das condições profissionais para a atuação na gestão e na coordenação pedagógica das escolas de Ensino Médio. Estudo de modelos contemporâneos de gestão escolar, com relevo para a gestão democrática e engajada, considerando os aspectos administrativos, financeiros e de pessoal. Compreensão da coordenação pedagógica enquanto um espaço mobilizador para a gestão, construção curricular e de seus normativos legais. Diálogo com as juventudes contemporâneas como um princípio operacional da gestão e da coordenação pedagógica nesta etapa da educação básica.
REFERÊNCIAS
UNESCO. Reimaginar nossos futuros juntos. Brasília: Unesco, 2022. DIAZ, Patrícia; PEREZ, Tereza. Coordenação pedagógica : identidade, saberes e práticas. São Paulo : Moderna, 2023.



MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. Em defesa da escola: uma questão pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

Disciplina 03 – Especificidades da atuação pedagógica no Ensino Médio

EMENTA

Compreensão das experiências socioculturais e cognitivas de adolescentes e jovens na escola, considerando o cenário de democratização da escolarização juvenil no Brasil. Propostas de planejamento, desenvolvimento de projetos e avaliação educativa com foco no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico. Dinâmicas de integração curricular entre a Formação Geral Básica e os Itinerários Formativos de Aprofundamento. Estudo dirigido das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, Resolução CNE/CEB n. 2 de 13 de novembro de 2024, e dos Parâmetros Nacionais para a oferta dos Itinerários Formativos de Aprofundamento.

REFERÊNCIAS

SOUZA, Rosa Fátima de. História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo, SP: Cortez, 2008.
SOUZA, Regina Magalhães. O discurso do protagonismo juvenil. São Paulo: Paulus, 2008.
TIRAMONTI, Guillermina; MONTES, Nancy. La escuela media en debate. Buenos Aires, Manantial, 2009.

Disciplina 4 – Oficina 1: Língua Brasileira de Sinais

EMENTA

Prática de vocabulário básico em Libras para comunicação inicial (cumprimentos, números, cores, sinais-nome e alfabeto). Marcos legais da educação de surdos. Sensibilização e estratégias para educação bilíngue e mediação no Ensino Médio para estudantes surdos.

REFERÊNCIAS

GESSER, Audrei. Libras?: que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.
QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2009.
BRASIL, 2002, Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União.

Disciplina 5 – Oficina 2: Estratégias para o acompanhamento das aprendizagens no Ensino Médio

EMENTA

Estudo de políticas e programas com foco na reparação, no acesso, na permanência e na aprendizagem dos jovens na escola. Compreensão das trajetórias dos estudantes e possibilidades de acompanhamento. Possibilidades de acompanhamento individual das aprendizagens dos estudantes no Ensino Médio. Monitoramento das aprendizagens dos estudantes por meio da análise de dados e indicadores disponíveis.

REFERÊNCIAS



SPÓSITO, M. Interfaces entre a sociologia da educação e os estudos sobre a juventude no Brasil. In: APPLE, M.; BALL, S.; GANDIN, L. (Orgs.). Sociologia da Educação: análise internacional. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 438-446.

NOVAES, R. O campo das políticas públicas de juventude: processos, conquistas e limites. In: MONTECHIARE, R.; MEDINA, G. (Orgs.). Juventude e Educação: identidades e direitos. São Paulo: Flacso, 2019, p. 6-18.

TWENGE, Jean. I-Gen: porque as crianças superconectadas de hoje estão crescendo menos rebeldes, mais tolerantes, menos felizes e completamente despreparadas para a idade adulta. São Paulo: Versos, 2018.

Disciplina 6 – Oficina 3: Estudo dirigido – Desafios e possibilidades para a compreensão e o diálogo com as juventudes contemporâneas

EMENTA

Concepção plural de juventude e o processo de construção de políticas educacionais. A construção de projetos de vida plurais e o protagonismo dos estudantes. Jovens, trabalho e possibilidades de escolarização. Culturas, identidades e sociabilidades juvenis na escola. Violências, comunicação não violenta e mediação. Visita guiada a museus populares, vivências em territórios vulneráveis, de povos originários.

REFERÊNCIAS

MESQUITA, S. Elementos da didática para a juventude: entre a dimensão relacional e a construção de sentidos. Revista Portuguesa de Educação, n. 33, v. 2, p. 200-225, 2020.

UNESCO. Reimaginar nossos futuros juntos. Brasília: Unesco, 2022.

SAHLBERG, P. Lições finlandesas 2.0: o que a mudança educacional na Finlândia pode ensinar ao mundo. São Paulo: Sesi-SP Editora, 2018.

MÓDULO DE APROFUNDAMENTO: O Módulo se divide em dois percursos que buscam aprofundar os conhecimentos sobre a direção e coordenação escolar para o Ensino Médio numa perspectiva democrática e participativa e sobre a implementação da Política Nacional de Ensino Médio - PNAEM, considerando a diversidade de territórios e juventudes e a particularidade de cada uma das atuações em formação. Com uma oferta total de 150h, o módulo está estruturado em dois componentes curriculares essenciais para a análise e planejamento de estratégias educacionais eficazes, que são nomeados percursos.

Disciplina 07 – Monitoramento e Gestão das Políticas de Ensino Médio

EMENTA

Oferta de oficinas direcionadas para a compreensão dos processos de monitoramento e gestão das políticas de Ensino Médio no Brasil. É desejável a oferta de oficinas com foco em: mapeamento da infraestrutura e dos insumos pedagógicos das escolas, políticas de alocação docente, de desenvolvimento profissional e de formação continuada, indicadores de monitoramento e avaliação, novos desenhos para a governança e para a comunicação com a comunidade escolar, desafios e possibilidades da cultura digital, da educação híbrida, e, da gestão democrática nas escolas dos jovens. As oficinas terão uma carga horária de 15 horas e serão ofertadas tanto nos formatos assíncrono, síncrono e presencial.



Oficina 1 – Estratégias para a gestão financeira e patrimonial das escolas de Ensino Médio: Mapeamento da infraestrutura e dos insumos pedagógicos das escolas de Ensino Médio. Programas e ações governamentais com foco na qualificação dos processos pedagógicos das escolas públicas. Estratégias para qualificar a gestão financeira das escolas, preferencialmente modelos baseados em governança escolar democrática.

Oficina 2 – Estratégias para a alocação docente e o desenvolvimento profissional dos professores no Ensino Médio: Possibilidades para a alocação docente no contexto da Política Nacional de Ensino Médio - PNAEM. Compreensão do desenvolvimento profissional docente nesta etapa da educação básica. Desafios da aprendizagem da docência no Ensino Médio.

Oficina 3 – Estratégias para a avaliação e o monitoramento das escolas de Ensino: Modalidades de avaliação e de monitoramento das políticas de Ensino Médio. Indicadores de qualidade no Ensino Médio. Acompanhamento da implementação de propostas de avaliação de escolas de Ensino Médio. Possibilidades de monitoramento que valorizem e dialoguem com a diversidade das juventudes no Brasil.

Oficina 4 – Estratégias pedagógicas e desenho curricular no contexto das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Estudo Dirigido das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CNE/SEB n. 2 de 13 de novembro de 2024). Princípios gerais e específicos para a oferta do Ensino Médio. Organização curricular: Formação Geral Básica e Itinerários formativos de aprofundamento.

Oficina 5 – Estudo dirigido: Desafios e possibilidades para gestão democrática nos territórios educativos: Gestão democrática em escolas de Ensino Médio nos territórios educativos. Educação integral e possibilidades de participação política em escolas de Ensino Médio. Diálogo com os saberes comunitários nos territórios educativos. Possibilidades de integração escola, família e comunidades. Usos da cultura digital e midiática. Enfrentamento da emergência climática. Mapeamento das demandas locais e regionais para a construção dos Planos de Gestão para as escolas de Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

- BOTO, Carlota et al. (Orgs.). A escola pública em crise: inflexões, apagamentos e inflexões. São Paulo: Livraria da Física, 2020.
- COLLET, J.; TORT, A. (Orgs.). La gobernanza escolar democrática. Madrid: Morata, 2016.
- LÜCK, Heloísa. Gestão educacional: uma questão paradigmática. Petrópolis: Vozes, 2006.
- NÓVOA, António. Professores: libertar o futuro. São Paulo: Diálogos Embalados, 2023.
- SANCHO-GIL, Juana; HERNANDEZ, Fernando (Orgs.). Professores na incerteza: aprender a docência no mundo atual. Porto Alegre: Penso, 2016.
- OLIVEIRA, Michele Jiombra A.; GOUVEIA, Andrea Barbosa. A FORMAÇÃO INICIAL EM PLANOS DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO: UMA ANÁLISE COMPARADA DE CASOS EM MUNICÍPIOS DO PARANÁ. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v. 32, n. 1, p. 63–74, 2023. DOI: 10.35699/2238-037X.2023.41320. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/41320>.
- FERREIRA, Rosilda; TENÓRIO, Robson. A construção de indicadores de qualidade no campo da avaliação educacional: um enfoque epistemológico. Revista Lusófona de Educação, v.15, p. 71-97, 2010.



UNICEF. Indicadores da qualidade no Ensino Médio. São Paulo: Ação Educativa, 2018.

BAUER, Adriana; FERNANDES, Fabiana. Avaliação de projetos, programas e políticas educacionais. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 33, p. e08673, 2022.

BRASIL. Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o Ensino Médio, e as Leis nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 13 de novembro de 2024 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

UNESCO. Reimaginar nossos futuros juntos. Brasília: Unesco, 2022.

ROBINSON, K.; ARONICA, L. Escolas criativas: a revolução que está transformando a educação. Porto Alegre: Penso, 2019.

Disciplina 08 – Qualidade e equidade em políticas educativas para/com as juventudes

EMENTA

Oferta de oficinas direcionadas para a compreensão dos conceitos de qualidade e de equidade em suas interfaces com as políticas educativas direcionadas para o público juvenil. É desejável a oferta de oficinas com foco em: ações com foco no acesso e na permanência dos estudantes, propostas para as trajetórias escolares e o desempenho acadêmico satisfatório, especificidades do Ensino Médio noturno e das modalidades de oferta desta etapa, possibilidades para a educação integral, possibilidades para a educação híbrida, políticas de diversidade e de diferença na escola dos jovens, garantia de acesso a conhecimentos relevantes, estratégias para a oferta dos itinerários formativos de aprofundamento, possibilidades pedagógicas para as transições escola-trabalho, escola-cidadania e escola-universidade, foco na aprendizagem desejável para esta etapa formativa. É desejável que cada estudante curse a totalidade de seu percurso (75h) e escolha, com apoio do Professor Orientador, duas oficinas de sua preferência no percurso alternativo (30h) para a composição de suas experiências de formação, podendo, assim, produzir aprofundamentos nas temáticas que julgar mais significativas para sua atuação profissional. As oficinas terão uma carga horária de 15 horas e serão ofertadas nos formatos assíncrono, síncrono e presencial.

Oficina 1 – Estratégias de planejamento e de avaliação para a gestão curricular no Ensino Médio: Planejamento, avaliação e registro no contexto de atuação das coordenações pedagógicas no Ensino Médio. Proposição de iniciativas de gestão curricular com ênfase nos tempos e espaços das escolas dos jovens. Estratégias de avaliação formativa no contexto da escolarização de adolescentes e jovens. Análise de propostas pedagógicas de experiências exitosas nas políticas de Ensino Médio, inclusive relacionadas à cultura digital e midiática. Desenvolvimento de formas de registro dos currículos produzidos nas escolas.

Oficina 2 – Estratégias para a formação continuada de professores para o Ensino Médio: Possibilidades de construção de projetos de formação continuada nas escolas de Ensino Médio. Articulação das demandas formativas dos professores das áreas do conhecimento. Tendências contemporâneas no desenvolvimento de iniciativas de formação continuada em escolas de Ensino Médio. Diálogo com as IES presentes nos territórios educativos para a proposição de



estratégias de formação continuada. Reconhecimento do trabalho pedagógico coletivo como formação continuada *in loco*.

Oficina 3 – A justiça curricular como um princípio curricular no Ensino Médio: A justiça curricular como princípio de organização do currículo. Priorização de conhecimentos e metodologias de ensino, inclusive da educação digital e midiática, orientados para a promoção da vida digna das pessoas. Explicitação de uma ética do cuidado e do bem viver. Justiça, igualdade e equidade em políticas de Ensino Médio. Estudo dirigido sobre as desigualdades, escuta sensível e crítica às políticas meritocráticas para a escolarização das juventudes.

Oficina 4 – Estratégias pedagógicas e desenho curricular no contexto Parâmetros Nacionais para a Oferta dos Itinerários Formativos de Aprofundamento: Estudo dirigido das normativas. Concepção e modalidades de oferta dos itinerários formativos de aprofundamento. Possibilidades de aprofundamento e de integração curricular na oferta dos IFA em articulação com a FGB.

Oficina 5 – Qualidade e equidade nas políticas de Ensino Médio nos territórios educativos
EMENTA: Qualidade e equidade nas políticas brasileiras no início do século XXI. Escola justa: entre a igualdade de oportunidades e a igualdade de base. A necessidade de estruturas flexíveis e de conexão entre as atividades escolares e extraescolares. Mapeamento das demandas locais e regionais para a construção dos Planos de Gestão para as escolas de Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

- BENDER, William. Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre: Penso, 2014.
- FERNANDES, C. de O. Avaliação, currículo e suas implicações - Projetos de sociedade em disputa. Retratos da Escola, [S. l.], v. 9, n. 17, 2016. DOI: 10.22420/rde.v9i17.588. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/588>
- BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 13 de novembro de 2024 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM.
- IMBERNON, Francisco. Formação de professores e políticas educativas. Revista E curriculum, v. 22, p. 1-18, 2024.
- NÓVOA, Antonio. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. Cadernos de Pesquisa, v. 47, n. 166, p. 1106–1133, out. 2017.
- GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Experiências Étnico Culturais para a Formação de Professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- SILVA, Roberto Rafael Dias da. Revisitando a noção de justiça curricular: problematizações ao processo de seleção dos conhecimentos escolares. Educação em Revista, v. 34, p. e168824, 2018.
- PONCE, Branca Jurema. O Currículo e seus desafios na escola pública brasileira: em busca da justiça curricular. Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 3, set./dez. 2018, p. 785-800.
- SANDEL, Michael. A tirania do mérito. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- BRASIL. Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o Ensino Médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2024.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 13 de novembro de 2024 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM.



BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

AZEVEDO, M. L. N. DE .. Igualdade e equidade: qual é a medida da justiça social?. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 18, n. 1, p. 129–150, mar. 2013.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 13 de novembro de 2024 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM.

SÜSSEKIND, Maria Luiza; CARMO, Lorena Azevedo do; MASKE, Jeferson. Currículos, qualidade da educação e a “guerra contra a infância no Rio de Janeiro”. Revista Educação e Emancipação, v. 17, n. 3, p. 137–156, 23 Dez 2024. Disponível em:
<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/24157>

MACEDO, Elizabeth. MAS A ESCOLA NÃO TEM QUE ENSINAR?: Conhecimento, reconhecimento e alteridade na teoria do currículo. Revista Currículo sem Fronteiras, v. 17, n. 3, p. 539-554, set./dez. 2017. Disponível em:
<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss3articles/macedo.pdf>

MÓDULO DE CONCLUSÃO: Este módulo é dedicado à sistematização dos conhecimentos construídos pelos cursistas ao longo da formação, com foco na elaboração de um plano de gestão que vá ao encontro dos Planos de Ação dos estados. Com um total de 120 horas, o módulo está estruturado em três componentes curriculares que buscam instrumentalizar os cursistas para a pesquisa e a produção escrita.

Disciplina 9 – TCC 1: Pesquisa e Orientação

EMENTA
Desenvolvimento de estudos individuais e em grupo direcionados para a redação de um Plano de Gestão, com foco nas especificidades da atuação pedagógica com as juventudes no Ensino Médio, bem como as possibilidades de diálogo com os variados territórios de atuação educativa. Elaboração de um Plano de Gestão para a implementação da Política Nacional de Ensino Médio - PNAEM no contexto de sua área de atuação profissional.
REFERÊNCIAS
CRESWELL, John. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.
SILVA, Vandrê Gomes da. Projeto pedagógico e qualidade do ensino público: algumas categorias de análise. Revista Cadernos de Pesquisa, v.42 n.145 p.204-225 jan./abr. 2012; p. 204-225. Disponível https://www.scielo.br/j/cp/a/MqfkCH5zYhG36qd9xfXrCmL/?format=pdf&lang=pt
FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
SCHNEIDER, Pat. Writing alone and with others New York: Oxford University Press, 2003.

Disciplina 10 – TCC 2: Oficina de Escrita

EMENTA
A partir das condições formativas experienciadas ao longo do curso, notadamente a partir dos artefatos construídos em cada disciplina e da aprendizagem 42 tutorial realizada, cada estudante construirá um Memorial a partir da oficina de narrativas de si. Elaboração de Memorial no contexto de sua experiência de vida e área de atuação profissional.
REFERÊNCIAS
CRESWELL, John. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto



Alegre: Artmed, 2010.

SILVA, Vandrê Gomes da. Projeto pedagógico e qualidade do ensino público: algumas categorias de análise. Revista Cadernos de Pesquisa, v.42 n.145 p.204-225 jan./abr. 2012; p. 204-225. Disponível

<https://www.scielo.br/j/cp/a/MqfkcH5zYhG36qd9xfXrCmL/?format=pdf&lang=pt>

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SCHNEIDER, Pat. Writing alone and with others New York: Oxford University Press, 2003.

Disciplina 11 – Seminário Conexões finais: saberes em prática

EMENTA

Promoção de seminários nacional, regionais e locais com a apresentação pública dos Planos de Gestão produzidos no decorrer do curso de Especialização. Sistematização das principais experiências formativas que foram vivenciadas ao longo dos 12 meses do curso. Autoavaliação dos percursos individuais de aprendizagem profissional com foco na gestão e na coordenação pedagógica nas escolas estaduais de Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

CRESWELL, John. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SILVA, Vandrê Gomes da. Projeto pedagógico e qualidade do ensino público: algumas categorias de análise. Revista Cadernos de Pesquisa, v.42 n.145 p.204-225 jan./abr. 2012; p. 204-225. Disponível

<https://www.scielo.br/j/cp/a/MqfkcH5zYhG36qd9xfXrCmL/?format=pdf&lang=pt>

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SCHNEIDER, Pat. Writing alone and with others New York: Oxford University Press, 2003.

12. CORPO DOCENTE

12.1 Quadro-síntese

Nome	CPF	Maior titulação	Inst. de vínculo
BALTAZAR CAMPOS CORTEZ	227.407.403-87	Doutorado em Educação	UFPI
CRISTHIAN RÊGO PASSOS	661.696.903-72	Doutorado em Políticas Públicas	UFPI
FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES DA SILVA	000.791.593-46	Doutorado em Educação	UFPI
JOSÉLIA MARIA DA SILVA FARIAS	471.037.523-20	Doutorado em Educação	UFPI
LÍVIA FERNANDA NERY DA SILVA	229.044.503-78	Doutorado em Ciências da Comunicação	UFPI
SHISLENY MACHADO LOPES	034.332.103-30	Doutorado em Linguística	UFPI



12.2 Descrição do corpo docente

Nome: BALTAZAR CAMPOS CORTEZ

CPF: 227.407.403-87

SIAPE: 2577671

Setor de lotação: Departamento de Fundamentos da Educação/CCE

Instituição de vínculo: UFPI

E-mail: baltazarafirmativo@gmail.com

Área/subáreas de atuação: Ciências Humanas/Educação

Graduação: Pedagogia

Pós-graduação: Doutorado em Educação (UFPI)

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional: Possui graduação de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí-UESPI (1994), Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí-UFPI. Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Piauí-UFPI. Trabalhou como professor substituto na Universidade Estadual do Piauí-UESPI. Possui e Especialização em Psicopedagogia Institucional pelo Centro de Orientação Especializada - COEPI (Escola de Psicopedagogia do Ceará - EPCE). Atualmente, trabalha como Professor Adjunto - DE, no Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Piauí, campus Ministro Petrônio Portela, atuando na área de Fundamentos Político-Administrativos da Educação. Ministra Disciplinas de Fundamentos Políticos da Educação de Jovens e Adultos, Gestão de Sistemas de Ensino e Unidades Escolares, Financiamento da Educação, Legislação da Educação Brasileira, Organização do Trabalho Pedagógico na Escola, Planejamento e Avaliação da Educação Básica, nos Cursos de Licenciatura de Pedagogia e demais Licenciaturas no Centro de Ciências da Educação. Ministra Disciplinas nos Cursos de Especialização da Educação Infantil, Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, Gênero e Diversidade na Escola, Docência do Ensino Superior, Psicopedagogia Escolar e Clínica, Educação de Jovens e Adultos. Orienta e acompanha Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), no Curso de Licenciatura em Pedagogia, nas áreas de Educação de Jovens e Adultos, Gestão do Trabalho Pedagógico, Políticas Públicas para a Educação, Educação do Campo/Rural. Pertence ao Núcleo de Pesquisa NUPEGE (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Gestão da Educação). Desenvolve pesquisa na área de Formação de Professores; Gestão Educacional; Educação de Jovens e Adultos e o Mundo do Trabalho; Educação do



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA**



Campo/Rural; Práticas Pedagógicas; Histórias de Vida e Autobiografias; Gênero e Raça. cursou Doutorado em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEd, na Universidade Federal do Piauí - UFPI, turma (2011.2). Possui publicações em Livros, Anais de Eventos Científicos. Atualmente, exerce a docência nos cursos de graduação da UFPI e realiza pesquisas através do Núcleo de Pesquisas e Projetos de Extensão.

Endereço do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5731403647873705>

Nome: CRISTHIAN RÊGO PASSOS

CPF: 661.696.903-72

SLAPE: 1774727

Setor de lotação: Centro de Educação Aberta e a Distância/UFPI

Instituição de vínculo: UFPI

E-mail: cristhian.uapi@ufpi.edu.br

Área/subáreas de atuação: Ciências Humanas/Políticas Públicas

Graduação: Administração

Pós-graduação: Doutorado em Políticas Públicas (UFPI)

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional: Doutor em Políticas Públicas e Mestre em Gestão Pública pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), com pós-graduação Lato Sensu em Gestão Pública Municipal pela mesma instituição (2014) e especialização em Gerenciamento de Recursos Ambientais pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI, 2013). Graduado em Administração pela Faculdade de Ciências Humanas, Saúde, Exatas e Jurídicas de Teresina (CEUT, 2010). É membro do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Gestão do Bem-Estar no Ambiente Universitário (NEGEBEU), núcleo ligado ao Centro de Educação Aberta e a Distância da UFPI, realizando pesquisas nas linhas de pesquisas Gestão do Bem-Estar (GBE) e Pertencimento e Satisfação no Trabalho (PS). Também realiza pesquisas com ênfase na avaliação de políticas públicas, focando em políticas de educação, relações federativas e transferências constitucionais. Atualmente, ocupa o cargo de Assistente em Administração na Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Endereço do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5120559332841174>

Nome: FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES DA SILVA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA



CPF: 000.791.593-46

SIAPE: 1553564

Setor de lotação: Centro de Educação Aberta e a Distância/UFPI

Instituição de vínculo: UFPI

E-mail: franciscocrsilva@ufpi.edu.br

Área/subáreas de atuação: Ciências Humanas/Educação

Graduação: Pedagogia

Pós-graduação: Doutorado em Educação (USP)

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional: Possui Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP, 2015), Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI, 2010), Graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER, 2018) e Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI, 2006). É servidor efetivo da UFPI desde 2006, onde ocupa o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais e, atualmente, desempenha a função de Coordenador de Pós-Graduação a Distância e de Presidente da Comissão Geral de Seleção, do Centro de Educação Aberta e a Distância da UFPI. Atua como Professor Formador e Coordenador de Estágio Supervisionado em cursos de graduação na modalidade de Educação a Distância desde 2016. Trabalhou como Professor Substituto na modalidade presencial no Departamento de Fundamentos da Educação/CCE/UFPI (2020-2022) e no Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino/CCE/UFPI (2016-2018). Exerceu o cargo de Professor da Educação Básica (anos finais do ensino fundamental e ensino médio) na rede pública de ensino do Estado do Piauí (2006-2016). Integra o Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – BASis (Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância) desde 2018. Atua na área de Ciências Humanas/Educação, principalmente nos seguintes temas: fundamentos políticos e administrativos da educação, currículo, formação inicial e continuada de professores, estágio supervisionado e prática docente.

Endereço do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0423624847270364>

Nome: JOSÉLIA MARIA DA SILVA FARIAS

CPF: 471.037.523-20

SIAPE: 2453100



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA



Setor de lotação: Departamento de Fundamentos da Educação/CCE/UFPI

Instituição de vínculo: UFPI

E-mail: joseliafarias2@gmail.com

Área/subáreas de atuação: Ciências Humanas/Educação

Graduação: Pedagogia

Pós-graduação: Doutorado em Educação (UFU)

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional: Doutora em Educação pela UFU/MG (2020), Mestre em Educação pela UFPI (2013), Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade São Judas Tadeu (2003), Especialista em Avaliação Educacional pela UFPI (2002) e Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (2000). Atualmente é professora da Universidade Federal do Piauí - Campus Min. Petrônio Portella, Teresina/ PI. Supervisora de Gestão Educacional - Fundescola/ MEC/ PENUDE (2001-2005). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, Gestão, Avaliação e Políticas Públicas. Coordenadora do Programa de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR do Curso de Pedagogia no município de Batalha - PI (2012). Coordenadora do Programa de Iniciação à Docência - PIBID do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí.

Endereço do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3530246897716861>

Nome: LÍVIA FERNANDA NERY DA SILVA

CPF: 229.044.503-78

SLAPE: 1587234

Setor de lotação: Centro de Educação Aberta e a Distância/UFPI

Instituição de vínculo: UFPI

E-mail: livia@ufpi.edu.br

Área/subáreas de atuação: Ciências Humanas/Educação

Graduação: Letras-Inglês

Pós-graduação: Doutorado em Ciências da Comunicação (UNISINOS)

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional: Possui graduação em Licenciatura Plena em Letras - Inglês pela Universidade Estadual do Piauí (1994), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (2005) e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2013). Atualmente é professora adjunta II da



Universidade Federal do Piauí. Coordena o programa de extensão REAFORPEB (Rede e Observatórios de Acompanhamento e Formação de Professores da Educação Básica), Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação - PPGCOM/UFPI, coordenadora administrativa da RIAFEMA (Rede Interinstitucional de Formação de Professores do Ensino Multisseriado). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em ensino, comunicação e formação de professores/gestores/técnicos, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino, juventudes, comunicação, educação e mídias.

Endereço do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3678326616930392>

Nome: SHISLENY MACHADO LOPES

CPF: 034.332.103-30

SIAPE: 2295523

Setor de lotação: Coordenação de Letras-Libras/CCHL/UFPI

Instituição de vínculo: UFPI

E-mail: shislenylopes@gmail.com

Área/subáreas de atuação: Linguística, Letras e Artes/Letras/Libras

Graduação: Letras-Inglês

Pós-graduação: Doutorado em Linguística (UNB)

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional: Professora efetiva de Literatura Surda do Curso de Letras Libras da UFPI. Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília - UnB. Mestre em Letras - Estudos Literários pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Bolsista CAPES (2014-2016). Graduada em Letras Inglês pela mesma instituição de ensino (2012) e Bolsista CNPQ (2011-2012). Especialista em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e Educação Especial. Membro do Núcleo de Pesquisa em Literatura Digitalizada (NUPLID) e do Grupo de pesquisa em Teorias do Espaço Ficcional.

Endereço do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4719007753647765>

13. ENCARGOS DOCENTES

Relação das disciplinas e atividades acompanhadas das respectivas cargas horárias e docentes responsáveis por cada componente curricular, da seguinte forma:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA



Disciplina/Atividade	CH	Docente
Módulo de Formação Básica		
Educação como Direito Humano e Justiça Curricular	45	FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES DA SILVA
Gestão e coordenação pedagógica em escolas de Ensino Médio	45	BALTAZAR CAMPOS CORTEZ
Especificidades da atuação pedagógica no Ensino Médio	45	BALTAZAR CAMPOS CORTEZ
Oficina: Libras	15	SHISLENY
Oficina: Estratégias para o acompanhamento das aprendizagens no Ensino Médio	15	JOSÉLIA MARIA DA SILVA FARIAS
Estudo dirigido: Desafios e possibilidades para a compreensão e o diálogo com as juventudes contemporâneas	15	FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES DA SILVA
Módulo de Aprofundamento		
Monitoramento e Gestão das Políticas de Ensino Médio	75	CRISTHIAN RÊGO PASSOS
Qualidade e equidade em políticas educativas para/com as juventudes	75	CRISTHIAN RÊGO PASSOS
Módulo de Conclusão		
TCC1 – Pesquisa e Orientação (junto com módulo 1)	45	LÍVIA FERNANDA NERY DA SILVA
TCC 2 – Escrita Orientada (junto com modulo 2)	45	LÍVIA FERNANDA NERY DA SILVA
Seminário Conexões finais: saberes em prática	30	JOSÉLIA MARIA DA SILVA FARIAS

14. CRONOGRAMA

Para execução do Curso de Especialização em GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO está previsto o cronograma de atividades a seguir, que poderá sofrer alterações, a depender do andamento dos processos necessários para tramitação e aprovação do curso nas devidas instâncias da UFPI.

Atividade	Período/Data
Lançamento do Edital	10/10/2025
Fase de inscrições	14/10/2025 a 28/10/2025
Processo de seleção	14/10/2025 a 14/11/2025
Fase de matrículas	17/11/2025 a 21/11/2025



Aula inaugural	24/11/2025
Execução de módulos/disciplinas/atividades	
Módulo de Formação Básica	Dezembro/2025 a maio/2026
Módulo de Aprofundamento	Junho/2026 a setembro/2026
Módulo de Conclusão	Outubro/2026 a dezembro/2026
Encerramento das atividades acadêmicas	Dezembro/2026
Entrega do Relatório Final	Fevereiro/2027

15. METODOLOGIA

15.1 Concepção curricular

A construção do currículo do Curso de Especialização em Gestão da Escola Pública de Ensino Médio – GEPEM pressupõe uma visão comprometida com o desenvolvimento profissional das equipes gestoras das escolas e compreende os profissionais da educação como sujeitos ativos e protagonistas de sua própria formação. Afasta-se, portanto, de visões transmissivas do processo de formação bem como de perspectivas que desassocia os subsídios e fundamentos teóricos da dimensão prática da profissão.

Pode-se considerar o conceito de desenvolvimento profissional como uma espécie de ruptura com uma lógica de formação continuada marcada pela noção de treinamento ou de capacitações pontuais, que desconsideravam tanto a experiência pregressa quanto as condições objetivas e reais nas quais o trabalho cotidiano dos profissionais da educação acontece. Essa lógica de formação continuada pressupunha uma simplificação e descontextualização dos processos formativos que pouco contribuíam com a reflexão do profissional sobre sua própria prática e com a transformação dessas práticas.

Na perspectiva do desenvolvimento profissional, a história de vida e, principalmente, a história e a experiência profissional dos trabalhadores é ponto de partida para um processo de análise, tematização e reflexão crítica que explora seus acertos, seus equívocos, seus limites e suas possibilidades a partir do entrelaçamento com: a) os conhecimentos advindos das diferentes ciências da educação; b) o conteúdo das políticas educacionais colocadas em movimento nos sistemas de ensino e c) os conhecimentos e saberes compartilhados por seus pares e comunidades escolares, a partir de suas diversificadas trajetórias e experiências profissionais.



A análise, tematização e reflexão crítica sobre a realidade de trabalho a partir da história de vida e das experiências profissionais permite que se constituam e que se aprofundem capacidades de ação profissional passíveis de serem mobilizadas nos contextos de atuação dos profissionais.

Como nos lembra Kolb (1984), o desenvolvimento profissional tem uma ligação conceitual e procedimental com a proposta da aprendizagem experiencial, na qual ganham relevo procedimentos de ensino orientados pela imersão dos estudantes em situações complexas, aprendendo com pares e convocando-os a resolver /ou a se posicionar no lugar de analista, avaliador ou juiz de uma situação (real ou simulada) na qual deve aplicar, de modo integrado, conhecimentos, habilidades e valores próprios de sua profissão.

Considerando esse pressuposto teórico-prático, do ponto de vista de seu movimento curricular, o Curso de Especialização em Gestão da Escola Pública de Ensino Médio – GEPEN assume uma perspectiva formativa que combina: a) a perspectiva aplicada à atuação cotidiana das equipes gestoras, com a produção de projetos coletivos e colaborativos de trabalho; b) a orientação metodológica por estudos de caso e aprendizagem baseada na colaboração entre pares e em resolução de problemas (ABP) e c) o investimento na autonomia dos cursistas para produzir, registrar e sistematizar experiências de aprendizagem contextualizadas nos territórios conectadas aos saberes mobilizados no curso.





O percurso formativo vivenciado pelos cursistas será sistematizado progressivamente em trabalho de conclusão de curso, com dois produtos: a) um memorial de formação, de natureza individual e consolidando uma reflexão a respeito da trajetória profissional do cursista e de suas aprendizagens no processo formativo e b) um plano de gestão, contextualizado na atividade profissional do cursista e com a finalidade de orientar sua ação na escola, integrando os elementos desenvolvidos ao longo do curso.

Seis diretrizes orientam a seleção dos temas, conteúdos e atividades propostas e a abordagem metodológica do Curso de Especialização em Gestão da Escola Pública de Ensino Médio – GEPEM:

- I. A visão democrática de gestão da escola pública, em suas dimensões valorativa, procedimental e substantiva, assim definidas:
 - a) Gestão democrática da escola pública como valor organizador da vida comum na escola e da vida cidadã na sociedade brasileira, o que implica o reconhecimento, a valorização e a promoção de um ambiente inclusivo, participativo, plural e que assegura a expressão da diversidade e das diferenças e o exercício pleno dos Direitos Humanos;
 - b) Gestão democrática da escola como princípio político e conjunto de procedimentos realizados cotidianamente para garantir a construção coletiva e compartilhada de sua proposta pedagógica e assegurar a efetiva participação da comunidade escolar na discussão dos elementos da vida comum e na tomada de decisões sobre as diferentes dimensões da gestão escolar (financeira, pedagógica, curricular, infraestrutural, entre outras).
 - c) Gestão democrática da escola como instituição social que assegura os Direitos Humanos, de aprendizagem e de desenvolvimento, com equidade, para todos, engajada em produzir os resultados educacionais definidos pela sociedade em termos de acesso, permanência na escola e apropriação dos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade. Nesta perspectiva, a escola democrática atua para enfrentar, corrigir e superar as lacunas de aprendizagem de todos os estudantes e, com especial atenção, os efeitos das desigualdades educacionais no sucesso escolar dos grupos sociais historicamente vulnerabilizados na sociedade brasileira (população negra e indígena, populações do campo, população LGBTQIAPN+, populações que vivem nas periferias das grandes cidades, população com deficiência, entre outros).



- II. O reconhecimento da liderança educativa da equipe gestora e sua responsabilidade na mobilização, articulação e organização cotidiana dos recursos, dos processos e das pessoas que trabalham na escola para a realização da proposta pedagógica e para a produção das condições objetivas que garantam a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os estudantes; considerando, especialmente, sua atuação:
- a) na construção de uma visão compartilhada do trabalho educativo, na qual estejam expressos os objetivos e metas da escola, os princípios que organizam o trabalho coletivo, os procedimentos comuns para o desenvolvimento das práticas pedagógicas e dos processos de avaliação e as formas de engajamento dos estudantes e da comunidade no alcance dos resultados educacionais desejados;
 - b) no acompanhamento, monitoramento e discussão permanente, com a comunidade escolar, dos indicadores de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes, identificando tempestivamente e organizando estratégias de ação para superar situações de risco de abandono e evasão e defasagens de aprendizagem, com atenção especial às clivagens de desigualdade socioeconômica, étnico-racial, territorial, de gênero e aquelas que afetam os estudantes que compõem a população com deficiência;
 - c) nos processos de acompanhamento, monitoramento e discussão permanente do currículo e das práticas pedagógicas desenvolvidas na escola e de sua relação com o desempenho acadêmico dos estudantes, identificando causas e variáveis que se expressam como obstáculos ao seu sucesso escolar e apoiando os professores e professoras na melhoria contínua de sua didática e prática de ensino;
 - d) nos processos de identificação, mobilização e disponibilização dos recursos e insumos pedagógicos e de infraestrutura para a melhoria contínua dos processos de ensino e aprendizagem e para o bem-estar da comunidade escolar, inclusive empreendendo esforços junto à gestão regional e à gestão central do sistema de ensino para as ações que escapam à sua governabilidade imediata;
 - e) no planejamento e implementação de ações destinadas à segurança e melhoria contínua do ambiente escolar, da convivência democrática e da implementação da educação em direitos humanos, fatores críticos no sucesso dos processos de ensino e aprendizagem;
 - f) na gestão financeira da escola, com atenção às diferentes formas de acesso, mobilização e utilização de recursos financeiros recebidos no âmbito de programas federais de transferência e no âmbito das iniciativas próprias de seu sistema de ensino.



- III. O reconhecimento da especificidade das ações de gestão escolar no âmbito da oferta das modalidades da educação escolar indígena, da educação escolar do campo, da educação escolar quilombola, da educação bilíngue de surdos, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.
- IV. O reconhecimento da especificidade das ações de gestão escolar no planejamento e implementação da arquitetura curricular do Ensino Médio, considerando a oferta articulada e integrada da formação geral básica com os itinerários formativos para todos os estudantes, conforme disposto na Resolução nº 2, de 13 de novembro de 2024 e nos parâmetros para a oferta dos itinerários formativos de aprofundamento.
- V. O reconhecimento das especificidades das ações de gestão no planejamento, implementação e coordenação de iniciativas para assegurar a transição entre os anos finais do ensino fundamental e a primeira série do Ensino Médio e a transição entre o final do Ensino Médio e o ensino superior; bem como de iniciativas para fortalecer as conexões entre o Ensino Médio e o mundo do trabalho, com particular atenção à oferta de educação profissional e tecnológica.
- VI. A atuação em favor da justiça social e da justiça curricular, mediante o engajamento ético, político e estético com a profissão e a competência técnico pedagógica, estruturada a partir de uma visão que considera fundamental que as equipes gestoras vivenciem:
- a) o engajamento cidadão e profissional com a comunidade escolar e com o território em que atua⁴;
 - b) o engajamento cidadão e profissional em práticas sociais, comunitárias e político-pedagógicas que promovam a ampliação do exercício dos Direitos Humanos e a realização plena do direito humano à educação por todos os educandos;
 - c) o engajamento cidadão e profissional em práticas sociais, comunitárias e político-pedagógicas orientadas para a valorização da diversidade e para o reconhecimento das diferenças, numa perspectiva inclusiva e equitativa de educação escolar;

⁴ Bennett. Towards ethnorelativism: a developmental model of intercultural sensitivity In M Paige (Ed.) Education for intercultural experience, p. 21-72. Boston. MA. Intercultural Press, 1993. Pope. "Doing School". How we are creating a generation of stressed out, materialistic, and miseducated students. Yale University. Press, 2001. Rahatzad, et alli (Ed.) Internationalizing TED for Equity. Engaging alternative knowledge across ideological borders. USA Library of Congress, 2016. Westheimer, Rogers. Teaching About Economic Inequality in a Diverse Democracy: Politics, Ideology, and Difference, American Political Science Ass., 2017. <http://dx.doi.org/10.1017/S1049096517001287>.



Para viabilizar estas experiências formativas, o curso foi desenhado conjugando, em seus componentes curriculares os formatos síncrono virtual e presencial e assíncrono (conforme o “Quadro 1: Eixos, Módulos, componentes curriculares e Carga horária”), utilizando uma diversidade de estratégias didáticas, tais como palestras, estudos de caso, debates, leituras dirigidas, autoavaliações, fóruns online, plataformas de compartilhamento de informações e seminários de socialização de experiências, escritas de si, aprendizagens e análises e troca de resultados. Em consonância ao desenho curricular e escolhas pedagógicas pelos estudos de caso, problemas e projetos aplicados, os componentes curriculares realizam a coesão e densidade pedagógica a partir de abordagens metodológicas interativas, dinâmicas e colaborativas entre os cursistas e os docentes.

O currículo do curso é organizado em 3 módulos interconectados a partir dos seguintes componentes curriculares: a) disciplinas e oficinas de formação geral básica, b) oficinas de aprofundamento e diversificação da aprendizagem, c) orientação, pesquisa e escrita de memorial de formação e plano de ação em gestão escolar, com as seguintes características:

- a) disciplinas e oficinas de formação geral básica: oferecem caminhos teóricos e práticos para a compreensão das políticas de Ensino Médio no Brasil, tanto sob a perspectiva dos gestores escolares, quanto por meio do diálogo com as demandas advindas da coordenação pedagógica. São compostas de palestras gravadas, debates e outras atividades colaborativas, atividades autoinstrucionais e estudos dirigidos;
- b) oficinas de aprofundamento e diversificação da aprendizagem: proporcionam um catálogo de experiências formativas, sob a forma de dois percursos particularizando a direção e a coordenação em seu papel e complexidades;
- c) memorial de formação: síntese reflexiva, de caráter individual, das principais experiências formativas vivenciadas pelos cursistas no âmbito de seu processo formativo junto a este curso e vida profissional pregressa;
- d) plano de ação em gestão escolar: documento propositivo, desenvolvido em pequenos grupos, com uma elaboração político-pedagógica dirigida à implementação da Política Nacional de Ensino Médio - PNAEM no âmbito dos territórios educativos.

Partindo de orientações didático-metodológicas e teóricas e pautados em materiais didáticos e instrucionais e situações de aula que se organizam dentro de uma plataforma AVA-



Moodle, os componentes curriculares se dividem em unidades temáticas compostas por atividades autoinstrucionais e momentos interativos. As disciplinas do Módulo Básico entretecem leituras e problematizações com produções visando os trabalhos de conclusão e utilizam atividades de estudo dirigido, realizadas em turmas reduzidas de até 25 cursistas, possibilitando um diálogo mais próximo e o uso de metodologias participativas.

Tendo início em concomitância ao primeiro módulo e orientando a escolha das oficinas que compõem o terceiro módulo, a pesquisa e elaboração do TCC/Plano de Gestão ocorrerá também em pequenos grupos, privilegiando os debates sobre local e reunindo equipes, com acompanhamento contínuo ao longo do processo. Tanto a orientação de TCC/Plano de Gestão quanto as oficinas de escrita de si que produzirão os Memoriais se organizam num continuum com o curso, conjugando também momentos assíncronos e síncronos, virtualmente.

Conforme indicam o “Organograma do Curso” e o “Quadro 2:Eixos, Módulos, componentes curriculares e Carga horária” o fluxo curricular prevê uma combinação de unidades com alto grau de padronização, por isso mesmo autoinstrucionais, respeitando a autonomia requerida ao estudante adulto no nível da pós-graduação, e, unidades com alto grau de trocas nas quais, a partir de estudos de problemas, debates, serão privilegiados momento de engajamento, de análise propositiva e de aprendizagens com pares.

No Módulo Básico reside a maior carga de leituras, estudos e pesquisas, sendo as oficinas seu aprofundamento e diversificação e o TCC (Memorial e Plano de Gestão) sua terminalidade e desdobramento prático-teórico-prático (Alves, 2008⁵).

Por isso, em formato diferenciado do Módulo Básico, os percursos Aprofundamento, ficam organizados em oficinas temáticas obrigatórias e optativas, de 15h cada, sendo ofertados em três modalidades: autoinstrucionais, presenciais em polos regionais e síncronas virtuais, permitindo a flexibilização, integralidade e territorialidade, com atenção às características e virtudes das IPES parceiras em cada UF e às necessidades dos cursistas. Neste Módulo de Aprofundamento, o cursista deverá cursar 105h, incluindo, todas as cinco oficinas de seu percurso e duas do percurso alternativo, conforme indicação do orientador.

O módulo que abriga o TCC/Plano de Gestão busca a proposição de uma construção coletiva, em que os cursistas, colaborativamente, desenvolvem, em conjunto com as comunidades escolares, em seus respectivos territórios, projetos de intervenção voltados para a

⁵ Alves, Nilda. A COMPREENSÃO DE POLÍTICAS NAS PESQUISAS COM OS COTIDIANOS: PARA ALÉM DOS PROCESSOS DE REGULAÇÃO Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1195-1212, out. dez. 2010. <https://www.scielo.br/j/es/a/mJZwtkYBWLNGDgyRZGVbSwF/?format=pdf&lang=pt>



melhoria da qualidade da educação na unidade escolar de Ensino Médio na qual atuam, sob orientação desde o início do curso de um professor doutor da IPES e em diálogo contínuo com pequenos grupos de formação de até 15 estudantes e, ao final do curso, socializam seus resultados no Seminário Conexões finais: saberes em prática.

Os Planos de Gestão devem estar alinhados aos Planos de Ação, elaborados em cada unidade federativa para a implementação da Lei nº 14.945/2024, garantindo coerência com as diretrizes e estratégias locais para a implementação da Política Nacional de Ensino Médio - PNAEM. O processo de orientação será realizado em sessões coletivas e remotas, favorecendo a troca de experiências e o fortalecimento das redes de colaboração entre os participantes.

15.2 Pressupostos teórico-metodológicos

O percurso didático-metodológico para este curso de Especialização tomará como concepção organizadora a aprendizagem experiencial, articulando elementos metodológicos próprios dos estudos de caso, da aprendizagem entre pares, da aprendizagem baseada em problemas e dos projetos integradores aplicados. A opção por este caminho deve-se a, pelo menos, dois motivos iniciais: a) trata-se de uma histórica demanda dos gestores e coordenadores pedagógicos que os cursos realizem uma integração entre teoria e prática e que lhes permita uma exploração aprofundada de tópicos importantes; b) ao privilegiar um diálogo com as questões derivadas dos cotidianos das comunidades escolares, esta abordagem metodológica pode favorecer tanto a utilização de ferramentas e habilidades para a pesquisa e a intervenção nos contextos e territórios, quanto pode favorecer novas formas de cooperação entre os referidos profissionais.

Abordagens baseadas na concepção de aprendizagem experiencial acompanham o desenvolvimento da escola progressista no decorrer do último século. Notadamente a influência de pensadores como John Dewey, David Kolb, Fernando Hernandez e Monserrat Ventura, produziram uma importante confluência em torno de certos princípios e certas estratégias para o trabalho pedagógico e para a organização de processos de ensino e aprendizagem nos quais os sujeitos aprendizes são reconhecidos como os protagonistas de sua própria formação e suas histórias de vida, seus interesses, os desafios que percebem na realidade e as motivações para seu agir social são considerados estruturantes do desenho didático e instrucional.

Acrescenta-se ainda uma tendência internacional na busca por modelos formativos, dirigidos aos profissionais da educação, que estejam orientados por uma epistemologia da ação



pedagógica com olhar para as desigualdades e compromisso com a equidade. Documentos recentes, como o “Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação” (Unesco, 2022), apontam para uma compreensão da urgência de modelos que fortaleçam a autonomia e a liberdade dos profissionais da educação, potencializando o caráter transformador de suas atividades. O documento explicita também que “isso inclui uma entrada adequada na carreira e um desenvolvimento profissional contínuo, que garanta que os professores sejam capazes de usar efetivamente seu julgamento e expertise na concepção e liderança da aprendizagem dos estudantes” (2022, p. 89).

Para fins deste Curso de Especialização em Gestão da Escola Pública de Ensino Médio – GEPEM, sob a inspiração epistemológica acima mencionada, propomos a seguinte disposição metodológica para orientar nosso percurso de planejamento e de articulação de cada uma das temáticas estudadas em cada disciplina e oficina ofertadas.

Cada disciplina ou oficina terá início com um conjunto de problematizações contemporâneas (âncora) que contribuirá para organizar a temática em estudo. Os planejamentos serão orientados por uma indagação (questão motriz) que orientará a composição didática de cada componente curricular e servirá como meio de integração entre atividades intra e inter componentes formando um continuum curricular formativo que se realiza, ao longo do curso, em propostas pedagógicas para implementação da Lei nº 14.945/2024 em cada escola, por meio de Planos de Gestão, elaborados pelas equipes das escolas, cursistas ou não. Será composta por 1 a 4 unidades temáticas (sessões de estudo), a depender da carga horária prevista.

Os componentes curriculares ainda incluirão um plano de aprendizagem tutorial (em que o diálogo assume um lugar fundamental na mediação das aprendizagens de cada profissional). Ao final, os estudantes terão produzido subsídios (artefatos) para a construção de seus Planos de Gestão.

Âncora	É a temática orientadora do estudo. Serve para gerar perguntas e para produzir integração entre os saberes e o diálogo com os cotidianos profissionais (poderia ser uma obra, um documentário, uma figura, um relato, uma experiência exitosa, uma fotografia, um passeio, uma notícia, uma música etc.).
Questão motriz	É a questão geral que orientará a disciplina e pode ser um desafio a ser compartilhado ao longo da disciplina.
Sessões de estudo	De 1 a 4 unidades temáticas de estudo. Devem expressar um caminho conceitual para examinar a questão motriz. É desejável a sua diferenciação pedagógica para ampliar o



	escopo e os níveis de aprofundamento dos temas estudados. Deve conter: Sessões de estudo; Tópicos a serem estudados; Plano de aprendizagem por tutorial Definição dos objetivos; Atividades planejadas; e Roteiros de estudo diversificados e interativos.
Plano de aprendizagem por tutorial	A última sessão de estudos deve ser orientada por meio de aprendizagem tutorial. É também uma forma de encerrar a disciplina, ou oficina, incluindo as problematizações construídas para a questão motriz.
Artefatos previstos	É a relação dos itens que deverão ser construídos pelos cursistas no decorrer da disciplina. Importante lembrar que cada disciplina produzirá artefatos para o Memorial e o Plano de Gestão que será construído por cada estudante ao longo dos 12 meses do curso.

Ao final do curso, cada cursista deverá elaborar um Plano de Gestão voltado à implementação e ao fortalecimento da Política Nacional de Ensino Médio - PNAEM - PNAEM. O documento deverá apresentar diretrizes e propostas de intervenção alinhadas às especificidades e desafios de sua unidade escolar. A estrutura do plano seguirá um template desenvolvido coletivamente, com a colaboração da SEB/DPDI/Cogem, da instituição líder e das instituições executoras, garantindo coerência e aplicabilidade às realidades educacionais locais.

15.3 Organização Curricular

A formação das equipes diretivas está organizada sequencialmente, de acordo com o exposto no quadro 02 e no organograma que seguem:

Módulo	Disciplinas	C. H. Total	C. H. Síncrona	C. H. Assíncrona
Módulo de Formação Básica	Educação como Direito Humano e Justiça Curricular	45	15	30
	Gestão e coordenação pedagógica em escolas de Ensino Médio	45	15	30
	Especificidades da atuação pedagógica no Ensino Médio	45	15	30
	Oficina: Libras	15		15
	Oficina: Estratégias para o acompanhamento das aprendizagens no Ensino Médio	15		15
	Estudo dirigido: Desafios e possibilidades para a compreensão e o	15	5	10



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA



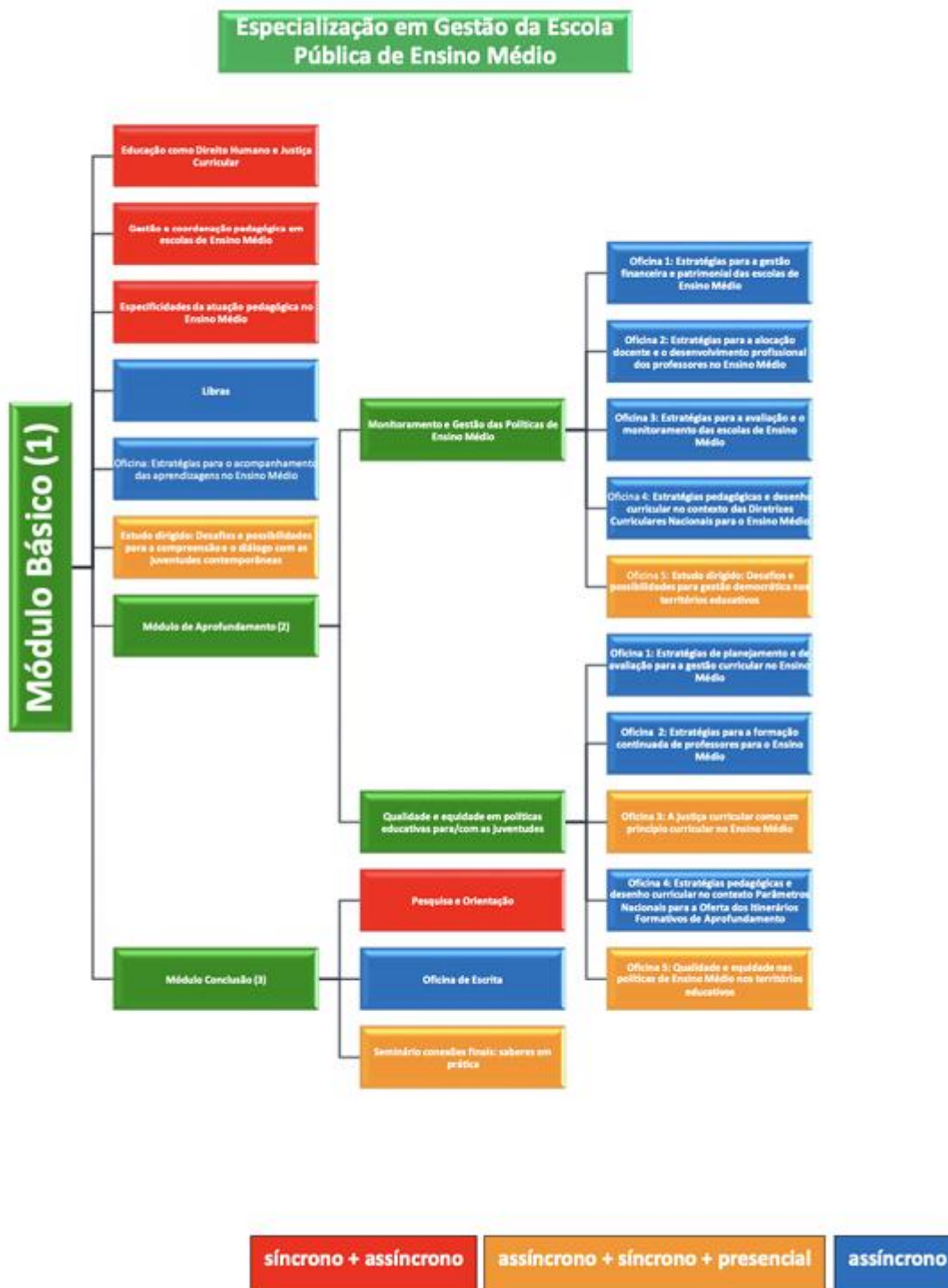
	diálogo com as juventudes contemporâneas			
Módulo de Aprofundamento	Monitoramento e Gestão das Políticas de Ensino Médio	75	15	60
	Qualidade e equidade em políticas educativas para/com as juventudes	75	15	60
Módulo de Conclusão	TCC 1 – Pesquisa e Orientação (junto com módulo 1)	45	30	15
	TCC 2 – Escrita Orientada (junto com módulo 2)	45	15	30
	Seminário Conexões finais: saberes em prática	30	15	15



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA



ORGANOGRAMA DO CURSO





15.4 Recursos didáticos e tecnológicos

O Curso de Especialização em GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO será desenvolvido com base na metodologia de educação a distância (EaD), fundamentada em princípios que promovem a qualidade, equidade, interação social e autonomia do estudante. A proposta metodológica valoriza o uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) para garantir um processo de ensino-aprendizagem dinâmico e acessível, respeitando a diversidade dos perfis de estudantes.

A metodologia se estrutura em atividades síncronas e assíncronas, com foco na interação social e no desenvolvimento colaborativo. As atividades assíncronas ocorrerão no AVA do CEAD/UFPI e/ou de instituições parceiras definidas pela CAPES, por meio de ferramentas e recursos como:

- a) Tarefa *Online*: para envio de sínteses, resenhas, mapas conceituais, exercícios e outros trabalhos acadêmicos.
- b) Fóruns e Chats: para debates temáticos e discussões colaborativas.
- c) Provas Eletrônicas e Questionários: realizados diretamente na sala virtual.
- d) Bibliotecas Virtuais: acesso a textos acadêmicos, vídeos, infográficos e outros materiais digitais.
- e) Videoaulas e *Podcasts*: aulas gravadas previamente e disponíveis para consulta dos alunos.
- f) Roteiros de Estudos: materiais didáticos disponibilizados via *slides*, *padlets* e *handouts*.

Além das atividades no AVA, plataformas externas, como Google Meet, Zoom, YouTube, e redes sociais, serão utilizadas para promover a organização e compartilhamento de conteúdos, facilitando a flexibilidade e acessibilidade. As atividades síncronas acontecerão em plataformas de videoconferência e incluirão:

- a) Aulas Dialogadas: com interação direta entre professores e alunos.
- b) Seminários e Webinários: promovendo discussões acadêmicas e científicas.
- c) Rodas de Conversa e Workshops: voltados para estudos de caso, simulações e outras metodologias ativas.



A articulação entre teoria e prática será garantida por meio de laboratórios virtuais, que proporcionarão simulações e experimentos em diversas áreas do conhecimento. Essa abordagem permitirá que os alunos apliquem e avaliem suas aprendizagens práticas, sempre sob a orientação de professores e tutores.

Todo o material didático será disponibilizado pela CAPES no Ambiente Virtual de Aprendizagem do CEAD/UFPI e/ou de instituições parceiras, permitindo que os alunos acessem tarefas, fóruns, videoaulas e provas em um ambiente organizado e acessível. O suporte pedagógico será oferecido por tutores, que orientarão os alunos, esclarecerão dúvidas e corrigirão atividades, garantindo um acompanhamento constante e eficaz do progresso acadêmico.

16. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

O Curso de Especialização em GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO será desenvolvido por meio da robusta e consolidada infraestrutura do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) da UFPI. Ao longo de seus 15 anos de atuação, o CEAD acumula uma vasta experiência na oferta de educação a distância, com 17 cursos de graduação e dezenas de cursos de pós-graduação lato sensu já oferecidos, abrangendo uma ampla gama de áreas do conhecimento. Essa experiência está presente em 42 polos de apoio presencial, distribuídos em 40 municípios do Piauí e dois na Bahia, todos equipados com os recursos necessários para garantir a qualidade do processo formativo.

O CEAD dispõe de uma equipe multidisciplinar altamente qualificada, que inclui áreas de assessoria, comunicação, administração acadêmica e apoio ao aluno, com coordenações específicas para a gestão dos cursos de graduação e pós-graduação a distância. Esse corpo técnico é responsável por garantir o acompanhamento eficaz dos alunos, desde o ingresso até a conclusão de suas formações. Além disso, o CEAD conta com uma rede de tutores presenciais e a distância, professores formadores e equipes administrativas distribuídas entre a sede e os polos de apoio, com pessoal responsável pela segurança, limpeza, e suporte técnico-pedagógico.

A infraestrutura física e tecnológica do CEAD é um ponto de destaque para a execução do Curso de Especialização em Ensino de Ciências - “Ciência é 10!”. O centro possui salas com recursos multimídia para aulas presenciais e espaços dedicados à coordenação de cursos, tutoria e reuniões. Os auditórios e estúdios estão equipados com tecnologia de ponta para a produção



e edição de materiais didáticos audiovisuais, o que inclui videoaulas, podcasts, entre outros. Além disso, os laboratórios de informática e ensino proporcionam um ambiente adequado para a prática e experimentação, complementando a formação dos alunos.

Os polos de apoio presencial são outro elemento essencial, oferecendo infraestrutura completa, com salas de aula, espaços de trabalho para professores e tutores, bibliotecas físicas com acervos atualizados, além de laboratórios de informática. A conectividade com a sede é garantida por espaços multimídia que possibilitam reuniões presenciais e videoconferências, assegurando a interação contínua entre alunos, tutores e docentes.

No campo da tecnologia educacional, o CEAD/UFPI utilizará seu próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e/ou de instituições parceiras definidas pela CAPES, oferecendo uma vasta gama de ferramentas de apoio ao ensino, como fóruns de discussão, tarefas online, questionários, bibliotecas virtuais e compartilhamento de conteúdos de multimídia. As atividades síncronas são suportadas por plataformas como Google Meet, Zoom e YouTube, que permitem a participação de centenas de alunos em eventos simultâneos, como videoconferências, seminários e workshops.

A produção de materiais didáticos e todo o suporte técnico necessário para o desenvolvimento do curso são realizados por equipes especializadas em tecnologia educacional, diagramação, designer gráfico, revisão técnica de textos e recursos multimídia, garantindo a acessibilidade e a qualidade dos conteúdos ofertados.

17. SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação, neste curso, será concebida como um processo diagnóstico, cujo principal objetivo é subsidiar a tomada de decisão e orientar o percurso formativo dos cursistas. Não se trata de um instrumento classificatório ou meritocrático, mas de uma prática contínua, formativa e dialógica, que busca compreender o desenvolvimento da aprendizagem e promover reflexões sobre o processo educativo.

Para isso, serão considerados critérios como a participação ativa e o engajamento dos cursistas nas atividades propostas, bem como sua capacidade de mobilizar conhecimentos e contribuir para a construção coletiva do saber. Além disso, as atividades de auto e heteroavaliação são componentes essenciais, incentivando uma postura reflexiva e ética sobre o próprio aprendizado e estimulando a autonomia na construção do conhecimento.



Como parte desse acompanhamento formativo, prevê-se a atuação sistemática dos tutores no monitoramento da participação dos cursistas. Em casos de baixa interação ou ausência nas atividades, serão acionadas estratégias de acolhimento, apoio e mediação pedagógica, visando compreender os desafios enfrentados e garantir a permanência na formação. Essa ação deve ser planejada desde a concepção do curso, assegurando que o acompanhamento ocorra de maneira regular e preventiva, contribuindo para a efetividade do processo formativo.

Conforme a Resolução CEPEX/UFPI nº 100/2019, a avaliação final do aproveitamento do aluno em cada disciplina ou atividade será feita com atribuição de nota numa escala de 0 (zero) a 10 (dez), sendo exigida nota igual ou superior a 6,0 (seis) para aprovação.

18. CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Em consonância com as diretrizes da Educação a Distância, não haverá registro e contabilidade de frequência, de modo que o controle de frequência será feito por meio de observação e acompanhamento das condições de participação e realização das atividades pelo aluno no decorrer das disciplinas.

19. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Conforme previsto na Resolução CEPEX/UFPI nº 100/2019:

- a) O TCC deverá ser orientado por especialista da área, integrante do corpo docente do curso. Excepcionalmente e justificada a necessidade, o orientador do trabalho poderá ser externo ao corpo docente do curso, cabendo à coordenação do curso encaminhar o caso para análise e parecer da PRPG.
- b) O TCC deverá ser avaliado por banca examinadora designada para este fim, composta de no mínimo 02 (dois) membros, além do orientador do trabalho que presidirá a banca, com defesa pública, através de videoconferência, em local, data, horário e tempo estipulados pela coordenação do curso.
- c) A aprovação no TCC ficará condicionada à obtenção de nota igual ou superior a 6,0 (seis), calculada a partir da média simples das notas atribuídas por cada membro da banca examinadora.



- d) O aluno terá o prazo de no máximo 30 (trinta) dias, a partir da data da defesa, para entrega e/ou envio da versão final do TCC. O aluno que for reprovado na defesa terá até 30 (trinta) dias para reapresentação do trabalho. Nesta situação, o aluno terá até 60 (sessenta) dias para entrega da versão final. O não cumprimento destes prazos implicará no desligamento do curso, sem direito à certificação.
- e) A data, os procedimentos adotados durante a defesa do TCC e o resultado da avaliação do trabalho deverão constar em Ata de Defesa, assinada por todos os membros da banca examinadora e o aluno.

Sendo a elaboração do TCC progressiva e orgânica e a avaliação contínua e formativa, esta culmina, ao final do curso, com a entrega por cada cursista (ou grupos de cursistas no caso de serem da mesma escola) de um Plano de Gestão, documento construído a partir dos conhecimentos mobilizados ao longo da formação, refletindo sua compreensão dos conteúdos trabalhados e sua aplicação na realidade educacional em que atua.

20. AUTOAVALIAÇÃO DE CURSO E DISCIPLINAS/ATIVIDADES

A autoavaliação do curso e das disciplinas/atividades será realizada conforme instrumento de autoavaliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu* do CEAD/UFPI, cujos resultados constarão em relatório produzido pela Coordenação do Curso e apreciado pelo seu Colegiado.

21. CERTIFICAÇÃO

O Certificado de Conclusão do Curso será emitido pela Universidade Federal do Piauí, conforme a Resolução CEPEX/UFPI nº 100/2019, demais normas internas e a legislação pertinente. O documento conferirá o título de Especialista em GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO, com todos os direitos e prerrogativas legais garantidos pela lei brasileira pertinente à formação superior em nível de Pós-Graduação *lato sensu*.



REFERÊNCIAS

ANPEd. MecAoVivo | #ConsultaPúblicaEnsinoMédio | 1º Webinar com Especialistas. YouTube, [2023]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tGV9zAhzPII>. Acesso em: 5 mar. 2025.

ANPEd. MecAoVivo | #ConsultaPúblicaEnsinoMédio | 2º Webinar com Especialistas. YouTube, [2023]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nZ3KXE4mfJw>. Acesso em: 5 mar. 2025.

ANPEd. MecAoVivo | #ConsultaPúblicaEnsinoMédio | 3º Webinar com Especialistas. YouTube, [2023]. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/H9m8W-3mSeQ>. Acesso em: 5 mar. 2025.

ANPEd. MecAoVivo | #ConsultaPúblicaEnsinoMédio | 4º Webinar com Especialistas. YouTube, [2023]. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/mC-JyomHW4g>. Acesso em: 5 mar. 2025.

ANPEd. MecAoVivo | #ConsultaPúblicaEnsinoMédio | 5º Webinar com Especialistas. YouTube, [2023]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5Ik0D7Hqjdo>. Acesso em: 5 mar. 2025.

BENDER, William. Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre: Penso, 2014.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 13 de novembro de 2024 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 20, de 2 de julho de 2024 - Orientações para o desenvolvimento da Educação Híbrida e das práticas flexíveis do processo híbrido de ensino e aprendizagem no nível da Educação Básica.

BUCK INSTITUTE FOR EDUCATION. Aprendizagem baseada em projetos: guia para professores do ensino fundamental e médio. Porto Alegre: Penso, 2008.

UNESCO. Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação. Brasília: Unesco/Fundação SM, 2022. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381115>. Acesso em 07/03/2025.